

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, DE  
VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **vinte e quatro** dias do mês de **Março** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

----- **Ponto 1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE PAGAMENTOS OU TRANSFERÊNCIAS INDEVIDOS A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA**; -----

----- **Ponto 2 – PONTO DE SITUAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ÁGUEDA**. -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA**, **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio** e **Carla Eliana da Costa Tavares**. -----

-----Tendo sido constituída a **Mesa** e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, declarou aberta a **Primeira Sessão Extrordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Extraordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal**:

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Margarida Nogueira Brenha - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----  
----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----  
----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----  
----- Joana Cristina Correia dos Santos; -----  
----- António Manuel Fernandes Martins – CDS/PP; -----  
----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----  
----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----  
----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----  
----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----  
----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----  
----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----  
----- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----  
----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----  
----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----  
----- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS; -----  
----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia:** -----  
----- António Farias dos Santos – PSD – PJF de Agadão; -----  
----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PJF de Aguada de Baixo; -----  
----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PJF de Aguada de Cima; -----  
----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda; -----  
----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PJF de Barrô; -----  
----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PJF de Belazaima-do-Chão; -----  
----- Jorge da Silva Mendes – PS - PJF da Borralha; -----  
----- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PJF de Castanheira do Vouga; -----  
----- Manuel de Almeida Campos - VI-Ind. - PJF de Espinhel; -----  
----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PJF de Fermentelos; -----  
----- Alcides de Jesus – PSD - PJF de Lamas do Vouga; -----  
----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PJF de Macieira de Alcoba; -----  
----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PJF de Macinhata do Vouga; -----  
----- Fernando Tavares Pires – PSD - PJF de Óis da Ribeira; -----

----- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PJF do Préstimo; -----

----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PJF de Recardães; -----

----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PJF de Segadães; -----

----- Mário Ramos Martins – PS - PJF de Travassô; -----

----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PJF de Trofa; -----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PJF de Valongo do Vouga. -----

----- **Não compareceu à Sessão e não solicitou a sua substituição os Senhores Deputados:**

----- Alexandre Pires Duarte - PS; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----

----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD; -----

----- Manuel Correia Marques – Vereador – PSD. -----

----- Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da convocatória que foi feita a cada um dos Senhores Deputados: -----

----- “Nos termos da aliena b), do nº1, do artigo 50º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e de acordo com o requerimento apresentado pelo Presidente do Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata, no dia 9 de Março e, após reunião da Assembleia dia 10 de Março, decidi convocar Vossas Excelências para uma Sessão Extraordinária da Assembleia municipal de Águeda, a realizar no próximo dia 24 de Março de 2010 (Quarta-Feira), pelas 21 horas, no espaço do Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, conforme tinha sido solicitado: -----

----- 1 – Análise e discussão de pagamentos ou transferências indevidos a funcionários da Autarquia; -----

----- 2 – Ponto da situação da carta educativa do Concelho de Águeda.” -----

----- Depois deste intróito justificativo, quero dizer-vos que durante este período houve um

acontecimento que justifica o agradecimento que eu vou ler: -----

----- Aos Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, à Câmara Municipal de Águeda e a todos os seus funcionários que me confortaram com condolências, quero agradecer, sensibilizado, a solidariedade pelo falecimento do meu pai no dia 15 de Março. Muito obrigado.”

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** concedeu a palavra à Secretária para procedeu à leitura da correspondência recebida: -----

----- Da **Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira**: -----

----- “Senhor Presidente: -----

----- Agradeço, muito sensibilizado, a vossa manifestação de solidariedade para com os madeirenses que, no passado dia 20 de Fevereiro, foram atingidos pela calamidade que sobre eles se abateu e deixou um rasto de dor, lágrimas e destruição. Com os melhores cumprimentos e a maior consideração. O Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Miguel Olival Mendonça.” -----

----- Do **Grupo Parlamentar “OS VERDES”**: -----

----- “Assunto: Propostas de aditamento ao Orçamento de Estado para 2010 – PIDDAC. -----

----- Exmo. Senhor Presidente: -----

----- Serve a presente para informar V. Exa. que o Grupo Parlamentar “Os Verdes” apresentou um conjunto de aditamento à proposta de PIDDAC para 2010, propondo a inclusão de projectos que consideramos muito relevantes. No que diz directamente respeito ao concelho de Águeda, destacamos: -----

----- Projecto de requalificação da linha ferroviária do Vouga; -----

----- Projecto de despoluição e desinfestação da Pateira de Fermentelos; -----

----- Projecto de regularização do rio Águeda. -----

----- Apresentamos os nossos mais respeitosos cumprimentos. O Deputado, José Luís Ferreira.”

----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, foi solicitado pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- Dando cumprimento ao solicitado, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou a votação a proposta de aprovação da Acta em minuta, tendo-se verificado que a

Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **Ponto 1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE PAGAMENTOS OU TRANSFERÊNCIAS INDEVIDOS A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA;** -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto um da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Manuel Matos Soares – GM do PSD**, que fez a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Independentemente da proposta que o Senhor Presidente da Assembleia fez do Senhor Presidente da Câmara tecer alguns esclarecimentos, também não está fora de hipótese fazê-lo. No entanto, eu queria em nome do Partido Social Democrata, justificar o porquê do requerimento para esta Assembleia Municipal Extraordinária. -----

----- Quem está na actividade política e sobretudo quem participa em Assembleias ou em Órgãos tipo Assembleia, tem que perceber que as Assembleias servem para fiscalizar a Actividade do Executivos, sejam eles Executivos a nível Governativo; sejam eles Executivos a nível Local, neste caso Executivos Municipais. -----

----- As Assembleias Municipais têm poderes restritos; não têm poderes alargados; não podem fazer Comissões de Inquérito como a Assembleia da República; não podem utilizar alguns instrumentos que nós chamamos de controlo político exclusivamente político das Actividades dos Executivos, porque as Assembleia Municipais não são Órgãos de Justiça; não são Órgãos que tenham capacidade investigatória para saber se os Actos Administrativos e/ou Políticos dos Executivos são regulares ou são irregulares. Porquê? Porque não têm toda a informação disponível e não têm poderes na Lei que os permitam ir tão longe. Então, o que é que as Assembleias Municipais podem fazer? Podem questionar os Executivos relativamente a factos da vida social ou política que vão acontecendo e que ainda não apareceram, pelo menos, aos olhos da opinião pública e também aos Membros da própria Assembleia Municipal como justificados. -----

----- Nós tivemos conhecimento, através dos Órgãos da Comunicação Social, de um problema

de alegados pagamentos indevidos a Funcionários Municipais. Eu pensei trazer aqui o título de primeira página do Jornal Região de Águeda, que é sugestivo; é um título que não nos honra muito, mas fala em “imbróglio” e tem um conjunto de notas a sair de um monitor de um computador para outro, numa imagem que é muito característica. Eventualmente, penso que o Jornal terá querido com esta imagem dizer que estamos numa Câmara Municipal muito dada a novas tecnologias; a modernização administrativa, mas onde parece que há coisas que não estão a correr muito bem. Até que há coisas que parece que estão a correr muito mal e coisas que têm a ver com a gestão do pessoal; a gestão dos recursos humanos da Autarquia e que é surpreendente para todos nós, eleitos e eleitores, na medida em que o Senhor Presidente da Câmara é uma pessoa que tem uma especialidade em psicologia social ligada à área da gestão do pessoal. Portanto, terá ele próprio, certamente, conhecimentos que os Membros do Executivo não têm, é matéria da gestão do pessoal e por isso é para nós mais surpreendente que tenha acontecido uma situação destas. Por isso, nós entendemos que devíamos pedir a convocação desta Assembleia Extraordinária, onde o Senhor Presidente da Câmara pudesse explicar exactamente, da forma que não o fez nas outras Assembleias, o que realmente pode ter acontecido. -----

----- Agora, nós temos alguma informação disponível e a informação disponível também é aquela que a Comunicação Social nos fornecesse, porque o nosso Grupo Parlamentar pediu alguns elementos de informação, que não foram fornecidos, com a explicação eventual de que se está em segredo; que decorrem Inquéritos que foram promovidos pelo Senhor Presidente da Câmara sem que fossem deliberados em Executivo da Câmara; que também é uma dúvida que nós gostávamos de ver esclarecida. Nós ainda sabemos exactamente qual é o valor que está em causa dessas transferências indevidas e isso hoje tem que ficar claro, ou pelo menos, nós desejamos que fique claro. Qual é o valor envolvido? Talvez algumas das pessoas não tenham a noção clara desta situação e eu também, obviamente, procurei informar-me lendo alguns diplomas que regulam esta matéria dos regimes de vinculação, de carreiras, de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, tentei esclarecer-me e tentei perceber quais eram as regras que a Lei define, exactamente, para esta matéria da gestão do pessoal na Função Pública. As regras são hoje mais apertadas, porque se nós pensarmos e recuarmos um bocadinho no tempo, houve tempos neste País que só o direito privado do trabalho é que

regulava com algum rigor a matéria da gestão do pessoal nas empresas privadas; no público as questões da avaliação de desempenho, a gestão de carreiras, etc. andaram um pouco desorganizadas mas, pelo menos, desde o ano de dois mil e seis para cá, começou a haver alguma organização legislativa para impor regras à gestão do pessoal que exerce Funções Públicas. -----

----- Há um diploma que todos os Membros da Assembleia podem ter acesso e qualquer cidadão, mas antes de passar a esta parte da Lei e até para não ser muito fastidioso e não entrarmos em questões técnicas, porque nós estamos num fórum político e isto é um fórum de avaliação política dos Actos do Executivo, é por isso que estamos aqui. Antes disso, eu queria dizer que nada me move a mim, quem me conhece sabe isso e o Senhor Presidente da Câmara é da minha geração e da maior parte dos Membros mais jovens desta Assembleia, nós conhecemo-nos; nós somos da mesma terra; nós queremos o desenvolvimento do nosso Concelho; eu escrevi já que o tempo da caça às bruxas deve ser passado para trás. Aliás, relembro o Senhor Presidente da Assembleia que introduzimos, na última revisão estatutária, a necessidade de, pelo menos uma vez por ano, discutirmos aqui o estado do Concelho e eu ficarei sempre muito mais feliz se vier aqui discutir o estado do Concelho do que questões desta natureza, porque acho que, efectivamente, o Concelho espera por desenvolvimento e não por este permanente clima de investigação, ou de situações do passado, ou de situações do presente, porque há entidades próprias que tratam destas matérias. -----

----- Portanto, eu queria deixar claro que a nossa iniciativa, explicando-a, não tem nada de pessoal, não tem nada de dúvida relativamente à honorabilidade e à honestidade das pessoas que compõem o Executivo e isso tem que ficar claro, até porque houve algumas vozes que, face a esta iniciativa do Partido Social Democrata de pedir esta Assembleia, tendo em vista o esclarecimento de uma situação, apressaram-se a dizer: “...*nós pretendemos saber a verdade, o PSD pretende ganhos ou dividendos políticos...*”. Estou a referir-me ao Professor António Martins e eu quero dizer ao Professor António Martins que isso não é verdade; não há mais ninguém que queira mais a verdade do que nós; pode haver igual mas mais não há quem queira. -----

----- Portanto, eu penso que o Professor António Martins quando pede convocação de Assembleias para discutir a A32, também não quer ter dividendos políticos, quer esclarecimentos. Nós estamos no exercício pleno de um direito, direito de sindicância, porque

temos notícia pública de situações que estão mal esclarecidas e o povo, que confiou em nós um voto, tem o direito a ser esclarecido. Nós temos o direito de ser esclarecidos porque fomos eleitos e o povo também tem esse direito. -----

----- Ora bem, nós vivemos num sistema em Portugal que os responsáveis políticos Sá acham que têm responsabilidade política quando são acusados criminalmente ou quando, efectivamente, se prova que determinado Procedimento Administrativo não foi cumprido; isso é um caminho perigoso para a democracia, porque há uma coisa que se chama responsabilidade política e a responsabilidade política também tem regras próprias; ninguém vai preso, mas há uma possibilidade de se indicar a responsabilidade política, que é através de eleições. Mas, se o povo não estiver esclarecido não vota livre. O povo para votar livremente em eleições e para se indicar a responsabilidade política, tem que estar esclarecido sobre a actuação dos seus Governantes e aqui estamos a falar da Governância Local e, sobretudo, estamos a falar de uma Governância Local que prometeu a “mudança”, legítima e que criou grande expectativa nas pessoas e não se pode andar a prometer determinada linha de orientação e depois ter uma prática contrária. -----

----- Eu lembro que esta Câmara Municipal tem até recebido alguns prémios na área da Modernização Administrativa; tem uma iniciativa louvável em que a Câmara tem realizado anualmente no Cine-Teatro São Pedro, um Seminário sobre Modernização Administrativa, onde tem estado muita gente que tem vindo explicar como é que se faz a gestão de pessoal numa Autarquia. -----

----- Portanto, nós não compreendemos que, perante tanta formação, perante tanto sábio que vem a Águeda explicar como é que se faz a gestão do pessoal, que aconteça situações destas. O Senhor Presidente da Câmara tem o Pelouro da gestão do pessoal, é preciso que não nos esqueçamos disso, embora delegável em certas áreas. Obviamente que o Senhor Presidente não pode estar sempre presente; não pode fazer o papel de técnico; o Senhor Presidente é político; o Senhor Presidente provavelmente confiará nos seus técnicos e nos técnicos que gerem esta matéria, mas não pode é descorar a responsabilidade inerente às suas assinaturas; ou à assinatura dos delegados, ou dos Vereadores que em exercício eventual de competência delegada – não sei se foi assim e também é uma matéria que gostaríamos de ver esclarecida -, assinam determinados procedimentos ou dão determinadas ordens de pagamentos. Estamos a



falar de pagamentos indevidos; não somos nós que estamos a dizer-lo. As notícias que vieram a público é que nos informaram que houve pagamentos indevidos; eu ainda não sei se houve. -----

----- O Senhor Presidente dir-nos-á: “Decorrem Inquéritos”. Isso é uma atitude positiva; nós nunca dissemos que isso não era uma atitude positiva. Inquéritos, o Senhor Presidente explicou na última Assembleia que escolheu um Revisor Oficial de Contas, aliás, uma pessoa altamente respeitada e competente no nosso Concelho; que eu conheço pessoalmente e isso não está em causa e, por outro lado, um técnico da Câmara de Ovar, com quem o Senhor Presidente da Câmara tem relações aliás privilegiadas, mas que é filho do Senhor Presidente da Câmara, que é eleito pelo Partido Socialista, isto pode não querer dizer nada mas é a verdade. E o povo precisa de saber disso. Questiona-se: Porquê esta Câmara a escolhida e não outra Câmara para fazer essa tarefa? -----

----- Não queria entrar em muitos pormenores, a verdade é que desde o conhecimento que tivemos desta matéria já lá vão quatro meses; são Inquéritos muito moroso. -----

----- Nós entendemos que em democracia e com os poderes que uma Assembleia tem, era até nosso dever, pedir a convocação desta Assembleia para esclarecer publicamente esta situação e por isso o fizemos. Justificando, que eu ia fazer-lo, com mais algum pormenor, justificando os diplomas Legislativos, é preciso compreender a da filosofia deles. -----

----- Atalho de foice: no Departamento Administrativo e Financeira da Câmara de Águeda, que tem a obrigação de tratar destas matérias e que são pessoas da escolha do Senhor Presidente, já vamos na quinta pessoa. Não consegue fixar-se no exercício desta função nesta Câmara e é uma função nuclear de uma Câmara Municipal, é o Departamento Administrativo e Financeiro. Porquê? Porque é esse Departamento Administrativo e Financeiro que com orientações, instruções do Poder Político em exercício, gere os procedimentos relacionados com a gestão do pessoal e gere dinheiro e tem a obrigação de cumprir a Lei. Não são só os técnicos que têm a obrigação de cumprir a Lei; os Políticos também têm essa obrigação, hoje mais do que nunca. Quem assume responsabilidades políticas sabe que tem que cumprir a Lei. -----

----- Agora, vamos falar da Lei número doze A barra dois mil e oito de vinte e sete de Fevereiro, que estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas. Este diploma saiu e tem uma norma que estende as suas regras à Administração Autárquica, mas como se entendeu que não era suficiente, o Governo depois

publicou um Decreto-Lei, em dois mil e nove, que é o Decreto-Lei número duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro, que exactamente adapta à realidade Autárquica aquela Lei, consagrando aquilo que nela está consagrado em matéria de carreiras, remunerações dos trabalhadores que quisessem funções públicas; adaptando os modelos mais adequados para o contexto Municipal e para o contexto das Freguesias. -----

----- Portanto, o Município sabe que tem que cumprir, em matéria de gestão de pessoal, as regras que constam deste diploma legal. Todos os trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente do vínculo que tenham na Autarquia, independentemente da relação jurídica de emprego que tenham com a Autarquia, todos eles devem respeitar estas regras e devem naturalmente ser enquadrados nos modelos de gestão que aqui são definidos. As referências que na Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, são feitas ao dirigente máximo do serviço que superintende sobre esta área; nos Municípios são referidas ao Presidente da Câmara. Diz assim: “As referências feitas na Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, quando se fala em Membros do Governo, no caso do Poder Central, dirigente máximo do serviço ou organismo, no caso das Direcções Gerais ou dos serviços ligados à Administração Central, onde se refere esses termos, para o nível Municipal o dirigente máximo chama-se Presidente da Câmara Municipal; para o nível das Freguesias é a Junta de Freguesia; para o nível dos Serviços Municipalizados é o Presidente do Conselho de Administração”. -----

----- Portanto, o responsável por esta área da gestão de pessoal tem nome, no caso do Município chama-se Presidente da Câmara Municipal; é o que está na Lei. E também não precisava de estar na Lei, porque é um Pelouro, faz parte das funções do Presidente da Câmara.

----- O que estamos a falar é de um sistema de Orçamentação e gestão de despesas com o pessoal. Todo o dinheiro que é gerido numa Autarquia, seja ele para que destino for, tem que ser bem gerido. Aliás, foi isto que se andou a dizer durante tanto tempo e foi esta a “mudança” que se prometeu em Águeda. O que se prometeu em Águeda foi dizer assim aos eleitores: “O dinheiro público tem que começar a ser bem gerido” e não estamos a falar de desvios de dinheiro, porque até agora pela informação relevante que temos, não há notícia de que o dinheiro esteja perdido ou que esteja em parte incerta; o dinheiro estará obviamente na posse de quem o recebeu alegadamente e indevidamente, mas poderá ter retorno, mas nós não sabemos se vai ter retorno e nós não sabemos se, efectivamente, as pessoas vão ficar conformadas com

isso, porque depois têm possibilidades, previstas na Lei, de poderem reclamar e não aceitarem esse retorno. -----

----- Estamos a falar de uma situação que tem que ser muito bem ponderada e muito bem esclarecida, que implica Orçamentos e gestão de despesas com pessoal. O que é que isto exige? Exige uma linguagem muito simples. Tal como nas empresas tem que haver a avaliação do desempenho, para haver reposicionamento remuneratório, como a Lei chama, ou mudança de escalão, para as pessoas perceberem a linguagem simples; agora chama-se alteração do posicionamento remuneratório. Estas coisas obedecem a regras e nós queremos saber se essas regras foram cumpridas. É tão simples quanto isto, porque se não foram cumpridas alguém tem que assumir esta responsabilidade. Não estamos a falar de crime; não estamos a falar de “errar é humano”; tudo isso admitimos como possível. O que não podemos é deixar de relevar que quem prometeu eficácia; quem prometeu eficiência; quem prometeu qualidade na gestão dos recursos humanos da Câmara Municipal de Águeda, não pode dar um espectáculo destes. E não pode porque nós estamos numa situação a montante, mas a jusante pode-se reflectir no cidadão e eu vou explicar porquê. -----

----- Um sistema de avaliação do desempenho numa organização como uma Câmara Municipal, é obedecer para além do cabimento Orçamental que tem que haver para pagar às pessoas; para haver reposicionamento remuneratório tem que haver ponderação dos critérios para saber quem é que vai ser reposicionado ou não vai, em termos remuneratórios e tem que haver uma decisão do dirigente máximo, que é o Presidente da Câmara Municipal; é esta a linguagem da Lei. -----

----- O que é que o dirigente máximo deve fazer, do órgão ou serviço, que no caso dos Municípios é a Câmara Municipal? O dirigente máximo tem que decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos com as remunerações. Com as remunerações de quem? dos trabalhadores que de devem manter no exercício de funções; dos trabalhadores que são recortados para preencher Mapa de Pessoal que ainda não está preenchido; das atribuições de prémios aos trabalhadores que a eles tiverem direitos de acordo com a avaliação do desempenho. -----

----- A Lei exige um sistema, chamasse SIADAP, desde dois mil e seis, não sabemos se a Câmara Municipal de Águeda tem esse sistema em vigor. Nós não sabemos se a Câmara Municipal de Águeda tem um sistema de avaliação do desempenho dos seus Funcionários que

devia de estar em prática desde dois mil e seis. Dir-se-á, mas há muitas Câmaras no País que não têm, pois não têm, mas têm que se esforçar para a ter e quando não a têm a Lei também prevê possibilidades de resolver e esse problema; tem que haver avaliação curricular. -----

----- O que nós pretendemos esclarecer hoje nesta Assembleia, sem querer fazer juízos de valor precipitados, o que nós queremos é avaliar se a gestão do pessoal na Câmara Municipal de Águeda, se está a ser bem feita; se está a ser feita com qualidade e com eficiência, porque com o sistema de avaliação eficaz os trabalhadores estarão mais motivados; os Serviços funcionarão melhor e a qualidade da prestação de serviços será inerente; a gestão é por objectivos, como se faz nas empresas hoje e muito bem. Eu não sei se isso está a ser implementado na Câmara Municipal de Águeda, porque quando isso é feito e é bem feito quem vai beneficiar é o cidadão. -

----- Portanto, isto é uma matéria de relevância pública e é uma matéria de relevância política e nós não podemos permitir que paire no ar a dúvida que a gestão do pessoal na Câmara de Águeda é feita *had-oc* e que alguém que, numa secretaria recôndita da Câmara, resolve e decide fazer um reposicionamento, seja ele de que modalidade for, porque lhe apetece, porque fica sempre a suspeita no ar. Mas porque carga de água é que se fez nestes termos e não se fez nos termos que a Lei diz que tem que ser feito? -----

----- Isto é para justificar a bondade do nosso pedido de Assembleia Extraordinária; não queremos nenhum aproveitamento político; o que queremos é esclarecer e estamos preocupados com esta situação. Em linguagem simples eu até diria, com todos os prémios e todos os floreos que nós vamos assistindo na Câmara de Águeda, louváveis, é a maça bonita por fora mas que por dentro não estará nas devidas condições e nós não podemos permitir que isso aconteça; até ficamos tristes se isso acontecer, porque nós queremos que as coisas corram bem; queremos que os critérios da Lei sejam cumpridos e não sabemos se os foram. -----

----- Há dois tipos de alteração deste reposicionamento remuneratório; devo dizer que esta é uma matéria muito “chata”; aliás, quem tiver que tratar desta matéria, sejam juristas ou não juristas e há muitos directores de departamento administrativo pelo País fora nas Câmaras, que não são juristas mas que sabem mais que os juristas, porque isto é uma matéria que mexe com dinheiro, Não é um jurista forçosamente que faz bem esta tarefa; é matéria que mexe com dinheiro e as coisas têm que estar devidamente Orçamentadas e cabimentadas em termos Orçamentais. -----

----- Mais uma informação, no Orçamento para dois mil e nove, em dois mil e oito a Câmara já devia ter preparado este reposicionamento e a Câmara já devia ter optado, ou pela opção gestonária, que é o termo que aqui se diz, e com essa opção gestonária, em termos simples, as pessoas passam a ganhar de acordo com tal avaliação do desempenho e isso tudo é publicado. A decisão é tornada pública por afixação no órgão ou serviço e inserção em página electrónica. Toda a gente fica a saber que foi reposicionado e o público em geral tem acesso a isso e o público que lida com os trabalhadores até para aferir se este trabalho está a ser bem feito ou não. No caso de opção gestonária é sujeita a publicação. -----

----- No caso do regime de reposicionamento obrigatório, porque existe reposicionamento obrigatório, há aqui todo um conjunto de critérios. Por exemplo, as pessoas sabem que a alteração obrigatória para a posição remuneratória a seguir àquela que o trabalhador tem ou aquela que se encontra quando a haja, independentemente dos universos definidos, só vale para trabalhadores que tenham acumulado dez pontos nas avaliações do seu desempenho? Eles foram informados disso? Os trabalhadores têm recebido a informação de que a sua remuneração foi reposicionada? -----

----- O que eu pretendo dizer é que estas coisas obedecem a regras. As pessoas podem ler a Lei e ficarão melhor esclarecidas para não se pensar que estamos aqui a construir um edifício de bases falsas; seguramente que não é isso. Há regras que têm que ser cumpridas e que a avaliar pelas notícias que temos, não terão sido cumpridas e tem que haver responsabilidade. Não é forçosamente a responsabilidade criminal; não é forçosamente a responsabilidade administrativa, porque a responsabilidade administrativa tem que se apurada através de processo disciplinar. ----

-----Vamos lá ver, nós temos um histórico na Câmara de Águeda de processos disciplinares, depois que a nova Câmara entrou, mas eu também não estou contra isso, desde que haja motivo para o efeito. Eu não sou contra os processos disciplinares; tem é que haver fundamento para isso. Não se pode transferir para os técnicos a responsabilidade que é dos políticos, mas também não se pode assumir completamente uma responsabilidade que seja só dos técnicos. Agora, o Político é responsável; o Político é sempre responsável; é o dirigente máximo; é o que diz a Lei; é o Senhor Presidente da Câmara. Não foi o Senhor Presidente da Câmara que assinou; enfim, a assinatura vale; foi um Vereador. Como é que essas coisas aconteceram? O Senhor Vereador conhecia, não conhecia a realidade das coisas? Se não conhecia é muito mau.

O problema é este, é que não se pode lidar com milhares de euros, não faço ideia de quanto é que é; penso que o meu companheiro Hilário terá dados sobre isso. Qual é o montante que uma assinatura vincula o pagamento de salários numa Câmara? Isto não é como ir comprar rebuçados ali á loja. Que dizer, estamos a pagar salários de acordo com sistema de avaliação de um desempenho; a reposicionar remunerações, etc., para além do mais é pública porque estamos a lidar com o público; estamos a lidar com o interesse público; estamos a lidar com um Órgão Público. -----

----- Portanto, estas matérias têm que obedecer a estas regras. -----

----- Era só isto que eu queria deixar como nota introdutória, não deixando de dizer isto: Eu sei que é difícil e é ingrata a posição do Presidente da Câmara, e se calhar, não ter Funcionários à altura, não estou a fazer juízos de valor, estou a pôr hipóteses; a posição do Senhor Presidente da Câmara é extremamente difícil, mas ele é eleito e quem é eleito e assume um cargo desta responsabilidade, de uma por todas, em Portugal nós temos que começar a perceber que as pessoas têm que assumir a sua responsabilidade política senão for outra e não há responsabilidade política só, quando há responsabilidade criminal administrativa, porque a responsabilidade política deriva do voto dos eleitores e ela tem que ser assumida enquanto as pessoas estão em funções. Há muita gente que se demite por muito menos; não estou a dizer que isto o justifique; o que eu estou a dizer é que há gente em Portugal que não tem assinatura nenhuma e mesmo nas Autarquias por problemas desta natureza ou piores, mas que não têm a assinatura em lado nenhum e que se demite por uma questão de ética, por uma questão de assunção de responsabilidade política. É nesse plano que eu me coloco e penso que é essa a posição do meu Partido. -----

----- Na Política funcionam os princípios éticos; as questões criminais; as questões administrativas são decididas nos Inquéritos que o Senhor Presidente da Câmara mandou fazer; nas entidades de Inspeção que existem em ainda em Portugal e em quem nós, ainda, acreditamos, apesar daquilo a que se tem assistido neste País e também existem os Tribunais, com as dúvidas que a actuação destes Órgãos Institucionais e que são Órgãos de Soberania têm deixado também na opinião pública em Portugal. Mas nós temos que confiar nessas entidades. --

----- Era esta a introdução e a explicação, provavelmente, mais até mais longa do que eu desejaria, que eu queria dar em nome do PSD para termos solicitado o pedido de convocação

para esta Assembleia. -----

----- Para terminar, se desta Assembleia sair um esclarecimento cabal e eu já posso antecipar que o Senhor Presidente da Câmara, provavelmente, vai dizer que estão a decorrer Inquéritos e não tem mais nada para dizer. Mas é isto que não pode funcionar em matéria de Órgão sindicante sobre a responsabilidade Política, não pode, porque se não vamos todos para casa de cada vez que há um problema técnico num Órgão Político desta dimensão e vamos ficar eternamente à espera que o Inquérito diga o quer que seja. Eu confio nas entidades escolhidas pelo Senhor Presidente da Câmara para fazer estes Inquéritos, mas os Inquéritos destinam-se a apurar o quê? Houve ou não houve pagamentos indevidos? As notícias que vieram a público disseram que houve. Então, os Inquéritos destinam-se a quê? A apurar a responsabilidade para depois fazer um processo disciplinar? E a responsabilidade Política onde é que ela fica? -----

----- Forçosamente, se não houver esclarecimento cabal, eu penso que esta matéria não pode deixar de ser inspeccionada por Entidades verdadeiramente Externas, porque só assim é que nós ficaremos verdadeiramente esclarecidos sobre o que se passou e é isso que pretendemos, é ficar completamente esclarecidos e não ficar a dúvida no ar, porque o pior que pode haver em matéria de dinheiros e ainda por cima públicos, é ficar a dúvida no ar. E mais do que ninguém, o Senhor Presidente da Câmara, sabe isso. Utilizou isso como fundamento para a sua eleição e nós não estamos aqui para fazer qualquer tipo de represália, o passado já foi escrutinado e não vamos aqui falar no passado porque isso não resolve os problemas de Águeda. Nós queremos é uma Câmara a funcionar bem; é uma Câmara que tem tido situações muito positivas e quando são positivas nós elogiamos. Agora, este é um problema que queremos ver esclarecido porque é uma nódoa negra, quer queiramos quer não, eu diria que se eu não ficar esclarecido sobre esta matéria tirarei as minhas ilações políticas, como já o escrevi e disse e tirarei uma conclusão que para mim não é nada feliz, que é esta: A gestão do pessoal na Câmara de Águeda anda em roda livre e eu não quero tirar esta conclusão.” -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Paulo Manuel Matos Soares, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado, resposta que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “O Doutor Paulo Matos brindou-nos aqui com uma peça de oratória muito bem elaborada

com certeza, ao seu nível e queria lhe dizer que aquilo que sempre foi nosso apanágio foi servir o Cidadão. Servir os Municípios e servir os Cidadãos, aqueles que trabalham na Autarquia e colocar a Autarquia ao serviço das pessoas, no sentido mais lato. -----

----- É isso que nos move, sempre nos moveu e também uma grande transparência e não quero que fique aqui, hoje, uma única dúvida a respeito donde é que está cada cêntimo a respeito do dinheiro desta operação. Neste momento, estou em posição de esclarecer isso, porque trabalhou-se afincadamente para podermos dar essa explicação. -----

----- Também lhe queria agradecer, mas não é merecido, que eu tenho uma especialidade em Psicologia Social; isso não é verdade, eu tenho um Curso em Psicologia; tenho que fazer agora mais gestão do que psicologia porque aquilo que faz um Presidente da Câmara é que não gere só uma divisão de recursos humanos, gere uma Autarquia onde são precisas competências transversais e que vão para muito mais longe do que a gestão dos recursos humanos da vertente económica. Infelizmente, digo eu, ainda não conseguimos chegar lá, porque se temos uma Câmara de Excelência nalgumas áreas e eu lamento mas nos quatro anos anteriores não consegui ter uma gestão de recursos humanos de Excelência, porque acho que a gestão dos recursos humanos numa Autarquia vai muito para além do pagamento dos salários e do pagamento das horas, porque uma casa como uma Autarquia que tem centenas de Funcionários, merece que haja uma verdadeira gestão de recursos humanos. -----

----- Meus Senhores, não pude fazer tudo, não pude ir a todos os lados; fiz o que pude; estou contente com aquilo que foi feito mas, lamento não ter podido fazer mais. -----

----- Quanto a esta operação, obviamente, que a responsabilidade Política é toda minha; eu sou o Presidente, sou eu que dou a cara, para o bem e para o mal sou eu que represento a Câmara em juízo e fora dele e como tal tudo aquilo que acontece, mesmo que eu não intervenha, eu sou o responsável e quanto a isso estamos conversados. -----

----- Agora, Meus Senhores, isto tem quinhentas pessoas; eu não posso controlar, não é humanamente possível controlar todas as operações que se fazem nesta Câmara, uma por uma. Está aqui o Doutor Antunes, que já passou por cá e sabe que quantas vezes a gente assina coisas que não viu muito bem. Nós não conseguimos ver tudo isso e temos de confiar nos Serviços, porque se nós não tivéssemos Serviços em quem confiávamos nós tínhamos de fazer tudo. O problema disto é assim. -----



----- Quanto a o DAF e ao lugar que está vago, Senhor Doutor Paulo Matos, eu convido-o, se quiser, para vir trabalhar para a Câmara e ocupar as funções, porque a noção que eu tenho para ocupar um cargo numa Autarquia não tem a ver com a cor Política; tem a ver com a competência para a sua execução e o Senhor sabe que eu já tive cá um Director de Departamento que até era Membro de uma Assembleia Municipal pelo PSD. Portanto, eu tento ir buscar as pessoas pela sua competência; não é pela sua cor Política. Aqui para a Políticas estão o Presidente e os Vereadores; para fazer o trabalho que possa permitir ao Presidente e aos Vereadores fazer Política, têm de estar os técnicos e a esses eu exijo qualidade de trabalho, dedicação empenho zelo, etc. Depois, também, em contrapartida, quero-lhes dar as condições a que eles têm direito e que eu posso dar para terem uma vida digna e terem uma justa remuneração do seu trabalho. -

----- Para não me alongar muito eu, como disse, já tenho o resultado dos Inquéritos, mas antes de ler aqui a conclusão do Inquérito, eu queria fazer um leve apanhado da forma como decorreu este processo. -----

----- Como sabem e apareceu na Comunicação Social, que não fui eu que assinei, mas podia ter sido, porque se me viessem trazer os valores e me tivessem dito que os valores que traziam ali para assinar, além dos salários; do subsídio de natal, também tinha lá mais uns retroactivos em nome do ICEFA mais nada; eu deduziria que eram retroactivos que estavam na Lei e que as pessoas teriam direito. Não fui eu que assinei, mas poderia ter assinado. -----

----- Agora, quando soube desta situação e para que não restem dúvidas, passado alguns dias porque falou-se, eu tive oportunidade, como pode ser comprovado pelas declarações que foram dadas para o Inquérito por um dos elementos inquiridos; fazer um telefonema a inquirir desta situação e o que é que se tinha passado; obter dados. Não obtive resposta desta minha iniciativa e não sou capaz de precisar este dia, mas faz parte aqui dos autos. No dia catorze de Dezembro, como não recebi resposta, mandei um e-mail aos Serviços para me informarem sobre esta situação e dei um prazo até dia dezasseis. Não me responderam, de novo, os Serviços e no dia vinte e nove, solicitei à minha Adjunta que questionasse de novo os Serviços e que me desse uma resposta. Não recebi resposta e no dia onze de Janeiro, fiz o seguinte despacho: "Verificou-se que durante o mês de Novembro de dois mil e nove, o pagamento ou reposicionamento de carreira relativamente ao qual subsistem dúvidas no processo, bem como nos montantes pagos. Passados mais de quarenta e cinco dias da ocorrência e não tendo sido recebida uma resposta

satisfatória por parte dos Serviços competentes, irei proceder a uma Auditoria Externa que abrange as seguintes tarefas: -----

----- Ponto um – Pagamento de vencimentos processados durante o ano de dois mil e oito, adequação das normas legais em vigor; -----

----- Ponto dois – Verificação dos procedimentos adoptados por reposicionamento de carreira e a sua adequação disposta na Lei. -----

----- Determino que: -----

----- Para cumprimento do ponto um, seja solicitado a colaboração do ROC, Doutor Jorge Silva. -

----- Para cumprimento do ponto dois, seja solicitada a colaboração da Câmara Municipal de Ovar, na pessoa do Senhor Doutor Emanuel de Oliveira, Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, da referida Autarquia. -----

----- E mandei fazer os respectivos Inquéritos. -----

----- O Inquérito feito pelo Doutor Emanuel diz assim: -----

----- *“Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, de onze de Janeiro de dois mil e dez, na sequência da alteração de posicionamento remuneratório efectuado aos trabalhadores da Câmara Municipal de Águeda, foi mandado instaurar Processo de Inquérito para apurar os factos ocorridos que levaram à referida alteração do posicionamento remuneratório.* -----

----- *Foram feitas as diligências consideráveis indispensáveis com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades disciplinares.* -----

----- *A instrução do Processo foi realizada com observância de todas as normas legais aplicáveis e integram-nos os seguintes documentos de prova considerados como relevantes:* -----

----- *a) Declarações da Coordenadora Técnica Ana Maria de Almeida Correia;* -----

----- *b) Declarações da Coordenadora Técnica, Maria José Castro e Silva;* -----

----- *c) Declarações da estagiária do PEPAL, Doutora Vera Natalina Almeida Figueiredo Rocha Freitas;* -----

----- *d) Declarações do Vice-Presidente, Enfermeiro Jorge Henriques Fernandes de Almeida;* ----

----- *e) Declarações da Chefe de Divisão Administrativa, Doutora Silvia Laranjeira Martins;* -----

----- *f) Declarações da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, Doutora Ana Palmira Gaspar Albino de Campos Cruz;* -----

----- g) *Declarações da Chefe de Divisão Financeira, Doutora Maria de La Concepcion Moreira Ferreira;* -----

----- h) *Declarações do Técnico de Informática, Eduardo Luis Coutinho Mendes.* -----

----- Ponto três ponto um – *Recolhidos os seus depoimentos, constatou-se que os vencimentos pagos ao mês de Novembro de dois mil e nove, contemplavam alterações de posicionamento remuneratório dos trabalhadores da Câmara Municipal de Águeda e que a alteração retroagia a um de Janeiro de dois mil e nove.* -----

----- *Apurou-se que em Abril de dois mil e nove, no momento em que a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro assumiu funções, alertou entre outros assuntos para a necessidade de que até final de dois mil e nove fosse feita uma análise à alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores.* -----

----- *De acordo com as declarações prestadas pela Coordenadora Técnica, Ana Correia, aquando da Instrução do Processo, foram realizadas várias reuniões entre si e a Directora de Departamento, Doutora Ana Cruz, uma vez que a Chefe de Divisão Administrativa, Doutora Silvia Martins, se encontrava no gozo de licença de maternidade, onde o assunto foi discutido.* -----

----- Ponto três ponto dois – *Nesta sequência, a Coordenadora Técnica, Ana Correia, procedeu à elaboração de mapa onde constavam as alterações referidas, assim como os valores a pagar como remuneração base após a referida alteração* -----

----- Ponto três ponto três – *Constatou-se ainda que foi com base no mapa elaborado pela Coordenadora Técnica, Ana Correia, e na sequência das instruções suas, que a Coordenadora Técnica, Maria José Silva e a Estagiária do PEPAL, Doutora Vera Freitas, procederam na aplicação de pessoal da MEDIDATA a inserção dos valores das remunerações e ao consequente procedimento de vencimentos.* -----

----- Ponto três ponto quatro – *Concluído o processamento dos vencimentos, a Divisão Financeira procedeu à emissão da ordem de pagamentos e ao carregamento do ficheiro do Ebanking Caixa, tendo, de seguida, a Tesoureira assinado o documento de transferência entregue ao Senhor Vice-Presidente, Enfermeiro Jorge Henrique Fernandes de Almeida, por força da ausência do Senhor Presidente, para que este assinasse os documentos e autorizasse o pagamento das remunerações.* -----

----- Ponto três ponto cinco – *Apurou-se, por último, que assim que o Senhor Presidente tomou*

*conhecimento do pagamento das alterações da remuneração, o mandou suspender. -----*

*----- Conclusões: -----*

*----- O acto praticado pelos Serviços de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Águeda, encontra-se regulamentado pelo artigo sétimo, do Decreto-Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro – Alteração de posicionamento remuneratório, dois pontos, opção gestionária e adapta à Administração Autárquica a Lei doze A de dois mil e oito, de vinte e oito de Fevereiro. -----*

*----- O referido artigo do Decreto supra mencionado, refere expressamente que considerando-se as verbas Orçamentais destinadas a suportarem os encargos com as alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham no exercício de funções, cabe ao Órgão Executivo deliberar sobre os encargos a suportar decorrentes de alteração de posicionamento remuneratório. -----*

*----- Ponto quatro ponto um - O mesmo Órgão, na deliberação tomada, fixa, fundamentadamente, aquando da elaboração do Orçamento, o montante máximo com as agregações necessárias os encargos que o Órgão se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório na categoria podem ocorrer, devendo esta decisão ser tornada pública. -----*

*----- Ponto quatro ponto dois - Através das diligências efectuadas no decorrer da fase Instrutória do Processo, fica claro que não existiu nenhum despacho ou deliberação por parte do Órgão Executivo ou por parte de qualquer dos seus Membros, no sentido de se proceder à alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores. -----*

*----- Ponto quatro ponto três – Pelas declarações proferidas pelas Inquiridas, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Doutora Ana Cruz e pela Chefe de Divisão, Doutora Silvia Martins, assim como pelas provas documentais reunidas, resulta, inequivocamente, para além da não existência deliberação por parte do Órgão competente, a ausência de despacho parte do Senhor Presidente e do seu total desconhecimento relativamente ao procedimento adoptado, assim como dos restantes Membros do Órgão Executivo em regime de permanência. -*

*----- Ponto cinco – A aplicação da opção gestionária, prevista no artigo sétimo, do Decreto-Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro, aos trabalhadores carece, nos termos do número um, do artigo quadragésimo sete, da Lei doze A de dois mil e oito, de vinte e*

oito de Fevereiro, que no exercício das funções tenham obtido nas últimas avaliações de desempenho, duas menções máximas consecutivas; três menções imediatamente inferiores às máximas consecutivas ou cinco menções imediatamente inferiores a estas, desde que consubstanciem desempenho positivo consecutivas. -----

----- Ponto cinco ponto um – Pela análise do mapa de atribuição de pontos fornecido, resulta em análise, o não cumprimento destes requisitos por parte dos trabalhadores abrangidos pela alteração de posicionamento remuneratório, como é exemplo a situação do pessoal não docente, cujas avaliações de desempenho nem sequer constam do referido mapa, entre outras situações de fácil constatação na análise. -----

----- Ponto cinco ponto dois – A avaliação de desempenho é condição essencial na mudança de posicionamento remuneratório dos trabalhadores, seja por via da opção gestionária, pela regra ou pela excepção, cabendo aos Serviços pugnar pela sua devida aplicação. -----

----- Ponto seis – Alteração de posicionamento remuneratório, em face do número três, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número doze A de dois mil e oito, de vinte e oito de Fevereiro, é efectuada por forma a cada trabalhador altere o seu posicionamento na carreira para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que se encontra, salvo se não for garantido um acréscimo mínimo de vinte e oito euros, entre a posição onde se encontra e a posição imediatamente seguinte, conforme consta da Portaria mil quinhentos e cinquenta e três – C barra dois mil e oito, de trinta e um de Dezembro.-----

----- Ponto seis ponto um – O mapa fornecido pelos Serviços e que deu origem à alteração de posicionamentos remuneratórios dos trabalhadores, não cumpre os preceitos acima mencionados, uma vez que as alterações não ocorreram para a posição imediatamente seguinte àquela em que se encontravam os trabalhadores, respeitando o mínimo de acréscimo de vinte e oito euros para duas ou mais posições. -----

----- Na fase de Instrução, pode apurar-se que a autora do mapa de transições que deu origem ao processamento de vencimentos com alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores e a ordem por lançamento dos dados na aplicação de pessoal da MEDIDATA, foram dadas pela Coordenadora Técnica, Ana Correia, que declarou tê-lo feito por indicação da Directora de Departamento, Doutora Ana Cruz, facto desmentido por esta. -----

----- Ponto sete – Em face dos depoimentos obtidos, conclui-se que a autorização de pagamento

e o ficheiro de transferência Ebanking relativa aos vencimentos, não se encontravam acompanhados de documentos técnicos que permitissem ao Vice-Presidente observar que os valores a pagar englobavam as alterações de posicionamento remuneratório, uma vez que este o faz apenas nas ausências e impedimentos do Senhor Presidente e que, como o próprio referiu em depoimento, questionada a Tesoureira sobre os montantes em questão, lhe foi dito que se deviam ao pagamento de subsídio de natal e a retroactivos, nunca se referindo esta às alterações. -----

----- Ponto sete ponto um – Uma vez que o Senhor Vice-Presidente desconhecia a existência de qualquer despacho ou deliberação e não foi alertado por nenhum dos Técnicos da Autarquia para a alteração do posicionamento remuneratório e não se encontrava na posse de nenhum elemento que indicasse tal procedimento, assinou de boa fé as autorizações referidas. -----

----- Proposta: -----

----- Perante todo o exposto, atendendo à descrição fáctica ocorrida; às provas alcançadas e tendo em consideração o disposto no artigo terceiro - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei cinquenta e oito, de dois mil e oito, de vinte e nove de Setembro, verificasse a violação de deveres de zelo e lealdade que constituem infracção disciplinar.” -----

----- E são propostos aqui alguns Processos Disciplinares que escuso de ler. -----

----- Sobre o que foi pago. O que foi pago está tudo nestes mapas. Foi um trabalho feito funcionário a funcionário, corrigido ao cêntimo; esperamos que não hajam aqui erros. Aquilo que nós entendemos é que os funcionários têm direito a este reposicionamento e a Autarquia, como Entidade de bem, não deveria fazer uma situação que era, apenas que foi detectado o erro, pedir para devolver o dinheiro todo. Isto foi o meu entendimento; posso ter entendido errado mas assumo esse acto, porque quando eu soube disto tomei também conhecimento que já havia algumas pessoas que já tinham gasto o dinheiro e estamos aqui a falar de pessoas que receberam bastante e que vão ter de devolver bastante também. Poderemos falar sobre isso. Mas há alguns que têm algumas dificuldades e que o investiram em algumas coisas que eram úteis. -----

----- Se entendemos que deve ser dado aos trabalhadores aquilo que eles têm direito não fazia sentido, na nossa perspectiva, estar a pedir para devolver para mais tarde voltar a dar. Então,

aquilo que nós procurámos e que fizemos foi ver, face à opção gestonária e ao reposicionamento, o que é que cada trabalhador terá direito a receber e o que é que terá de devolver aos cofres da Autarquia, porque posso-vos dizer também que já tive várias reuniões com os Funcionários desta Autarquia e a posição que assumi perante eles é que a Autarquia iria pagar aquilo que eles tinha direito, iria também exigir até ao último cêntimo aquilo que foi pago indevidamente. -----

----- Por isso, a operação neste contexto, aquilo que os trabalhadores teriam direito, tendo sido processado tudo como devia ser e cumprindo todas as normas que, na minha convicção pessoal, houve aqui uma má interpretação da Legislação, só assim é que eu posso entender esta situação, deveriam ter sido pagos aos trabalhadores duzentos e trinta mil seiscentos e dezoito ponto oitenta e três cêntimos. Das verbas que foram pagas, os trabalhadores irão ter de devolver à Câmara, cento e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e dois euros e noventa e cinco cêntimos, mas há trabalhadores ainda que terão de receber, porque foi erros para um lado, mas há erros também para outro. Portanto, terão de ser pagos também, a alguns trabalhadores, verbas no valor de cinco mil seiscentos e noventa e quatro euros exactos. -----

----- Meus Senhores, está aqui a situação que foi analisada a cada um dos trabalhadores. Agora, como já foi aqui dito, aquilo que irá ser feito é que cada trabalhador terá possibilidade de confirmar os dados que serviram de base para isto. Aliás, como está na Lei; serão publicados devidamente e será restabelecida esta situação. É isso que nós queremos; é nem um cêntimo a mais para um lado, nem um cêntimo a mais para outro. -----

----- Quanto à responsabilidade política desta acção, obviamente, que eu assumo a responsabilidade dos procedimentos será dada sequência ao trabalho que foi feito.” -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda** concedeu, de novo, a palavra aos Senhores Deputados, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “ O meu colega Paulo Matos já fez a introdução das razões do nosso pedido desta Assembleia e eu penso que, afinal, valeu a pena pedirmos a Assembleia porque hoje saímos daqui todos muito mais esclarecidos mas com muitas dúvidas sobre todos estes processos. -----

----- Eu tinha preparado uma intervenção que agora vou ter que ir alterando em função do que o

Senhor Presidente foi dizendo. -----

----- Senhor Presidente, para ver se eu percebi bem, aquilo que disse é que, no entendimento dos Inquiridores, há duzentos e trinta mil seiscentos e dezoito euros que foram pagos aos Trabalhadores e é um direito deles e há cento e sessenta e cinco mil que foram pagos aos Trabalhadores e que não é um direito deles. Na prática, estaremos a falar de trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e noventa mil euros, depois há cinco mil euros para um lado ou para outro, que terão sido pagos e terão sido analisados neste processo.-----

----- Há aqui muitas coisas que me deixam preocupado e a primeira preocupação é esta: O Senhor Presidente da Câmara disse na sua intervenção que o Senhor Vereador quando assinou a ordem de transferência tinha conhecimento de que estávamos a pagar retroactivos; não tinha conhecimento de alteração de reposição remuneratória, mas estávamos a pagar retroactivos. Para que nós percebamos, estamos a falar de uma ordem de transferência de um milhão trezentos e muitos mil euros. -----

----- Nos documentos servidos pelo Senhor Presidente da Câmara diz aqui que há duas ordens de transferência: Uma de um milhão trezentos e doze cento e quarenta e seis euros e há uma outra de mais trinta ou cinquenta mil euros. O que está em causa são as ordens de pagamento assinadas; que são um milhão e trezentos mil euros e que nós pusemos a nossa assinatura. -----

----- Primeiro ponto: O PSD não se limitou a pedir uma Assembleia Municipal extraordinária; primeiro o PSD pediu em reunião de Câmara previamente, esclarecimentos sobre esta matéria; o PSD depois veio à última Assembleia Ordinária e pediu um conjunto de esclarecimentos uma vez e o Senhor Presidente não nos esclareceu; pedimos a segunda vez e também não fomos esclarecidos; pedimos novamente em reunião de Câmara e nada nos foi esclarecido e posteriormente, após a marcação da Assembleia nós próprios mandámos um e-mail ao Presidente da Câmara para nos ajudar a esclarecer este processo e para que não fiquem dúvidas nenhuma, eu vou ler o que nós pedíamos no referido e-mail e vou dizer o que o Presidente da Câmara nos cedeu. O que pedíamos era a cópia de despacho da ordem de pagamentos ou transferência indevidas a Funcionários da Autarquia. Foi-nos entregue essa cópia mas faltou o despacho ou autorizações onde se aceita a alteração de posição remuneratória do Trabalhador. Foi pedida a relação de Funcionários e respectivos valores indevidamente pagos; nada nos foi dado. Foi pedida a cópia do despacho fundamentado do qual



consta a data de abertura do Inquérito a estes pagamentos ou transferências indevidas, foi-nos entregue. Sendo certo, Senhor Presidente, que esse despacho está errado, porque o Senhor Presidente faz um despacho onde pede que se averigúe o pagamento de vencimentos processados durante o ano de dois mil e oito e nós estamos a falar do ano de dois mil e nove. São erros que, provavelmente, mais á frente terão sido corrigidos. -----

----- Pedimos relação de Funcionários da Autarquia, categoria, vencimento e data da última alteração remuneratória, que ainda não nos foi entregue. Isto tem a ver por causa dos últimos cinco anos, se tiveram alguma alteração remuneratória ou não, que o Paulo Matos já explicou um tipo de situação. -----

----- Pedimos a relação de avaliação de desempenho e pontos atribuídos anualmente a cada Funcionário a partir de dois mil e quatro. Isto tem a ver com o SIADP, por causa dos tais dez pontos para sabermos, efectivamente, se havia ou não direito a um conjunto de situações. -----

----- Pedimos a relação de avaliação de desempenho e pontos atribuídos no total a cada Funcionário em dois mil e quatro - dois mil e oito. Por um lado, pedimos ano a ano e depois, pedimos o total, porque se perfazer os dez pontos o Funcionário tem direito obrigatório a saltar de posição remuneratória. Também nada nos foi entregue sobre esta matéria. Estamos a falar sobre o SIADP. -----

----- Como vêm, foram poucas as informações que nós tivemos. Hoje tivemos aqui algumas informações mais. Por aquilo que eu me apercebi, do que o Senhor Presidente leu ao nível do Inquérito, peço-lhe que me confirme isto para ver se eu estou a dizer bem: Toda esta alteração remuneratória foi feita ao abrigo da opção gestionária. Foi isto que o Senhor Presidente leu? Não? É capaz de me ler outra vez essa parte? Senhor Presidente da Câmara é capaz de me responder simplesmente a isto: No Inquérito define que a alteração remuneratória é com base na opção gestionária ou também tem reposicionamento obrigatório? -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder e prestar os devidos esclarecimentos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Se me permite, aquilo que se passa é que, na minha perspectiva, tanto uma como outra não existem, porque são precisos procedimentos legais que não foram feitos. Este Inquérito foi-me entregue ontem, também preciso de algum tempo para o ler. Os restantes elementos foram-

me entregues hoje. Não houve qualquer tentativa de esconder elementos. Agora, este assunto já teve suficientes erros; nós não nos podemos dar ao luxo de errar mais e como tal, temos que ter todas as cautelas para que não haja mais erros.” -----

----- Após esclarecimento feito, usou de novo da palavra o **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD**: -----

----- “Nós não conseguimos aqui em cima da hora decidir as coisas. Eu vou tentar seguir a minha intervenção dentro desta perspectiva, mas é claro que pode haver aqui uma falha porque o Inquérito tem ali um outro dado que é importante ouvir. -----

----- Até hoje persistia uma dúvida e continua a persistir, do meu ponto de vista. Quem mandou fazer esta alteração? No Inquérito ouvimos dizer que foi a Doutora Ana Palmira da Cruz, actual Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro, porque penso que ainda está em funções, embora de baixa. Sendo que, a Doutora Ana Palmira da Cruz diz que não mandou fazer esta alteração. -----

----- Portanto, continua a subsistir esta dúvida: Quem mandou fazer, efectivamente, esta alteração? – Primeira questão. -----

----- Já sabemos que quem deu a ordem de pagamento foi o Senhor Vice-Presidente; também já sabemos que a Doutora Ana Palmira, Chefe de Departamento, se demitiu por questões pessoais, que segundo informações do Senhor Presidente em reunião de Câmara, nada tem a ver com isto. Penso que foram declarações suas e depois gostava que me corrigisse relativamente ao facto de que a demissão da Doutora Ana Palmira não tem nada a ver com este Processo, pelo menos foi o que ela invocou.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu disse foi que a Doutora Ana Palmira apresentou o seu pedido de demissão e as razões que invocou foi razões pessoais.” -----

----- Após esclarecimento feito, usou de novo da palavra o **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD**: -----

----- “Para mim continua a subsistir esta questão: Quem é que mandou fazer esta alteração de reposição remuneratória? E com que fundamento o fez? Esta é a primeira a maior dúvida e é

para mim a maior resposta que nós teremos que ter e, pelos vistos, ao nível do Inquérito não conseguimos chegar lá por aquilo que eu me apercebi. -----

----- O Senhor Presidente já nos disse que não quis utilizar opção gestonária para dois mil e nove. Para que nós percebamos, esta opção gestonária deveria ter sido exercida nos primeiros quinze dias após a entrada em vigor do Orçamento para dois mil e nove. Como ele entrou no dia um de Janeiro, ela tinha que ser exercida através de um despacho feito pelo Senhor Presidente da Câmara até ao dia quinze de Janeiro de dois mil e nove e esta opção gestonária, que agora modifica, tinha que ser exercida nesse momento; o Senhor Presidente da Câmara teria que dizer, no caso de a querer fazer, e vou explicar isto porquê? Porque o Senhor Presidente da Câmara fala numa alteração de posição remuneratória ao abrigo de uma opção gestonária, não que o Senhor Presidente da Câmara o quisesse fazer e depois, fala que os Trabalhadores têm direito a isso. -----

----- Esta opção gestonária para ser feita, tinha que ser feita até o dia quinze de Janeiro; tinha que ser definida pelo Presidente da Câmara a que Funcionários se destinava; o Presidente da Câmara tem a possibilidade de dizer que não se destina a todos os Funcionários, podendo ser só a alguns; tinha que ser definidos os critérios de avaliação da mesma e tinha que ser definido isto, que é muito mais importante, tinha que ser definida uma verba a ser gasta expressamente nesta opção, devendo a mesma estar clarificada no Orçamento como tal. -----

----- A verba até ao dia quinze de Janeiro o Presidente tem que dizer que, relativamente ao ano de dois mil e nove, para isto segundo o que aqui nós conseguimos apurar, que íamos gastar duzentos e sessenta mil euros, por exemplo, para opção gestonária. E porque é que tem que dizer isto? Porque esta é uma opção que a Câmara pode ter ou não ter. Grande parte das Câmaras deste País não exerceram a opção gestonária; esta é uma luta dos Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Local, que anda a tentar que as Câmaras adiram a estes processos, mas grande parte das Câmaras deste País não optaram pela opção gestonária. É uma opção, chama-se a isto, gestonária e que está nas mãos do Presidente. Portanto, isto não é nenhum direito adquirido dos Trabalhadores. -----

----- Quando nós dizemos que estes duzentos e sessenta mil euros é um direito dos Trabalhadores, não é. Não nos podemos esquecer disto e eu acho que o Senhor Presidente disse aqui algumas coisas que são complicadas. -----

----- Esta opção gestonária tem que ser afixada publicamente na Câmara e por via electrónica; é obrigatório por via do Decreto-Lei. Para que é que ela se utiliza? É para que os Trabalhadores que não estejam à espera dos dez pontos, possam mais rapidamente progredir na carreira. Há Câmaras que definiram, por exemplo, que só determinados níveis de Trabalhadores lhe pudessem chegar. Há Câmaras que definiram que só temos sessenta mil euros para opção gestonária; não dá para todos, dá para trinta, cinquenta ou dá para cem. Há muitos critérios nestes processos. Por isso, ela se chama opção gestonária. -----

----- Depois, há uma outra situação, que é o reposicionamento obrigatório, que é quando o Trabalhador atinge os dez pontos, ele tem direito e a Câmara é obrigada a subi-lo de escalão ou a fazer nova reposição e se a Câmara não o fizer, ele pode pedir a reposição com retroactivos ao início do ano, quer num caso, quer no outro. Quero eu dizer com isto que a opção gestonária não exercida em dois mil e nove, já não há direito de ser exercida; os Trabalhadores perderam direito a esse valor e quero alertar o Senhor Presidente sobre esta matéria. É que se o Senhor Presidente da Câmara não pedir aos Trabalhadores para repor a verba, o Senhor Presidente incorre em perda de perda de mandato. -----

----- Estou a dizer-lhe isto aqui para que depois não diga que nós estamos aqui para “lhe fazer a cama”, porque não é isso que estamos aqui para fazer. Estamos aqui para, em conjunto connosco, com os Trabalhadores e com as pessoas todas, resolvermos um problema e clarificarmos o que é que está em causa. A minha convicção é que se o Senhor Presidente não pedir o reposicionamento, então terá aí um problema complicado, mas é a minha convicção e eu sou sozinho e o Senhor Presidente tem quinhentos Trabalhadores para o assessorarem, com certeza que estará muito mais á vontade do que eu. -----

----- Já agora. Vou deixar outra pergunta: Senhor Presidente, para o ano dois mil e dez vai usar a opção gestonária? É uma questão que eu também gostava de lhe fazer sobre esta matéria; pode-o fazer, porque para o ano de dois mil e dez a opção gestonária tem que ser levada a reunião de Executivo, antes bastava um despacho do Senhor Presidente, e tem que entrar em vigor quinze dias após a aprovação do Orçamento ou a entrada em vigor do Orçamento. -----

----- Como toda a agente sabe, nós não temos Orçamento; andamos aqui a navegar porque o Senhor Presidente entendeu que este ano não devia apresentar o Orçamento senão em Abril; ainda temos até ao final de Abril para tudo isto acontecer. -----

----- Senhor Presidente, fez-se passar por aí que isto era um “mero erro administrativo”. Eu ouvi pessoas com muita responsabilidade nesta terra, penso eu, a dizerem que isto é um “mero erro administrativo”. Eu vi logo que não era, porque um mero erro administrativo não demora quatro meses a ser resolvido e já passaram quatro meses desde que este processo aconteceu, porque o Senhor Presidente deu quarenta e cinco dias aos Serviços para lhe responderem sobre o que se passou e diz o Senhor Presidente: “E os Serviços não me souberam responder o que é que se passou”. Quer dizer, um mero erro administrativo eles sabem o que é que é, é sinal que eles não sabiam o que é que era. Entretanto, passaram dois meses e meio desde que o Senhor Presidente ordenou o Inquérito. Não é um mero erro administrativo e por isso entendemos que devíamos trazer isto aqui. -----

----- Senhor Presidente, estamos a ver as conclusões do Inquérito mas o raciocínio que eu trazia antes desta Assembleia vou mantê-lo. Foi ordenado o Inquérito a onze de Janeiro de dois mil e dez. Já perguntou o meu colega: Porque é que o Senhor Presidente não levou esta situação ao executivo? Estamos a falar de um erro de pagamento na ordem dos quatrocentos mil euros; estamos a falar de um pagamento que envolve duzentos e trinta mil e seiscentos e dezoito mais cento e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e dois; dá trezentos e noventa e dois mil euros. ---

----- A minha questão é esta: Senhor Presidente, estamos a falar de matérias muito sérias; o Senhor Presidente entendeu que não devia partilhar esta situação com o executivo. Para nós isto é inexplicável, porque o Executivo tem que estar solidário e tem que ser conhecedor de todos estes processos. Mais, as razões de fundamentação desta ordem de serviço interna, não são suficientes. Senhor Presidente, quais são as razões para a escolha destes Inquiridores? O Senhor Presidente nomeia aqui que seja solicitado ao fulano tal e ao fulano tal; o Senhor Presidente deve justificar porque é que sugere a colaboração do Doutor Jorge Silva e porque é que sugere a colaboração da Câmara de Ovar, porque tem que se fundamentar as qualidades destes Inquiridores. No próprio despacho não existem prazos para a conclusão deste processo. -

----- Como já disse o meu colega, Paulo Matos, não está de forma nenhuma em causa a qualidade dos Inquiridores nesta matéria; mas ele já explicou isto que eu volto a dizer, um dos Inquiridores é exactamente a pessoa que colaborou, segundo informações do Senhor Presidente, com esta Câmara na reorganização administrativa. Não está em causa a honorabilidade do Doutor Jorge Silva; só que se ele colaborou na organização administrativa

disto, eu penso que se deveria procurar um Inquiridor diferente. -----

----- Senhor Presidente, eu gostava que me informasse quantos Trabalhadores foram abrangidos por estes pagamentos? Falou nos valores mas não falou nos números dos Trabalhadores, mas penso que terão sido a grande maioria dos Trabalhadores desta Câmara. ---

----- Outra questão: Há Funcionários que a reposição remuneratória obrigatória está correcta? Foi exercida essa função? Se foi, porque razão é que em Dezembro anulou essa alteração? Porque esses Trabalhadores estão a ser prejudicados, porque esses se tinham direito tinham que já em Dezembro receber pela nova reposição remuneratória em Janeiro e em Fevereiro. Eu acho que esses Trabalhadores estão a ser prejudicados nesta situação. -----

----- O Senhor Presidente já tentou responder a isto, mas eu insisto sempre: Os Funcionários que foram mal reposicionados vão ter que devolver o dinheiro, o Senhor Presidente já disse que sim; em caso de não terem condições ou não quererem repor, o que é que vai acontecer? Qual é a posição da Câmara sobre esta situação? -----

----- Senhor Presidente, o sistema de avaliação está a ser aplicado na Câmara Municipal? Desde quando? Desde dois mil e seis? Dois mil e sete? Dois mil e oito? Se está a ser aplicado, porque razão não respondeu ao nosso pedido? É um direito que temos, Senhor Presidente e acima de tudo, é um dever seu em mostrar a avaliação feita aos Funcionários, em caso de existência do mesmo. -----

----- Já agora, Senhor Presidente, pergunto-lhe: Estamos nós já preparados para o SIADAP segunda geração? Já foram apresentados os objectivos estratégicos ao nível do Executivo? Já foram os mesmos aprovados? Estamos a falar do futuro. Senhor Presidente, que políticas existem ao nível do desempenho dos Funcionários? O Senhor Presidente não pode desculpar-se com as assinaturas que não tem no processo, pois cabe-lhe a si a orientação e o controlo da área dos recursos humanos. Será possível algum Funcionário transitar de posição remuneratória sem um despacho ou autorização sua ou de um Vereador a dar a concordância de tal situação? Uma coisa é a ordem de pagamento, outra coisa é na Câmara Municipal de Águeda sempre que um Trabalhador muda de posição remuneratória, o Senhor Presidente da Câmara, não tem que dar a sua concordância sobre esta matéria? Isto aconteceu ou acontece na Câmara de Águeda durante os seus mandatos, a não existência dessa concordância? Acho que não se pode invocar desconhecimento de uma alteração de posição remuneratória quando estão envolvidos um tão

grande número de Funcionários. -----

----- Neste momento, temos a convicção que a única política que existe ao nível dos recursos humanos na Câmara Municipal de Águeda, é a de que o responsável pelo pelouro, diga-se o Senhor Presidente, nada sabe porque não conseguimos compreender que tivemos que esperar quatro meses para nos ser explicado o que é que aconteceu na prática. Logo, no início de Dezembro, se os meus Serviços não me dessem informações, a primeira coisa que eu tinha que fazer eu, como responsável do pelouro, ia inteirar-me sobre o que se estava a passar e de certeza absoluta que bastava isso para que numa reunião de Câmara ou numa reunião de Assembleia Municipal dar uma primeira visão de toda a situação. -----

----- Sabe, Senhor Presidente, que a assinatura de numa organização confere poder e responsabilidade sobre o acto em si. Neste caso, o poder foi exercido; foi pago o dinheiro mas, a responsabilidade foi exercida? Não basta dizer que já vinha tudo detrás e que tinha passado por vários intervenientes. Pois, se o acto de assinar é um mero expediente corrente, mais vale então, sem menosprezo para a função da pessoa que eu vou dizer, pôr o porteiro a fazê-lo, já que, pelo menos este, está sempre presente na Câmara. -----

----- Senhor Presidente, um verdadeiro comandante é o que está no barco nos bons e maus momentos e nunca aquele que vai deitando borda fora todos os seus marinheiros até chegar a bom porto são e salvo. Já foram quatro chefes de departamento administrativo, tendo três sido escolhas pessoais suas. -----

----- Não basta estar na primeira linha para receber os prémios que ganhamos; também temos que estar na primeira linha a assumir os nossos erros e dificuldades, não responsabilizando sempre os outros pelos nossos insucessos. Basta continuar a culpar o passado e os outros por tudo e mais alguma coisa que não nos corra bem. -----

----- Concluindo, como já disse, tenho muitas dúvidas nas conclusões desse Inquérito, porque como o próprio Inquérito o refere, há ordens dadas e ordens não recebidas e para mim esta questão da opção gestonária, em que o Senhor Presidente diz que é um direito dos Trabalhadores e que não terão que devolver esse dinheiro, deixa-me algumas dúvidas sobre isso. -----

----- Portanto, o Grupo municipal do PSD, vai apresentar uma proposta de seguida à Mesa da Assembleia Municipal, para que ela seja discutida e votada, que passo a ler: -----

----- “PROPOSTA: -----

----- O GRUPO MUNICIPAL do Partido Social Democrata, representado na ASSEMBELIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, vem nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 22º do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, apresentar a seguinte PROPOSTA: -----

----- Considerando a necessidade imperiosa de esclarecimento e apuramento, com transparência, verdade e rigor, sobre notícias que têm vindo a público através da comunicação social local, de pagamentos ou transferências alegadamente indevidos a funcionários da Câmara Municipal de Águeda; -----

----- Considerando que até à presente data não foram prestados esclarecimentos cabais, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, sobre a causa de tais alegados pagamentos indevidos de remunerações a funcionários da Câmara municipal de Águeda; -----

----- Considerando que a única consequência visível resultante de tal situação irregular foi a instauração pelo Senhor presidente da Câmara Municipal de Águeda de inquéritos para apuramento dos factos, sendo um da responsabilidade de um Revisor Oficial de Contas que também presta serviços à autarquia, e outro da responsabilidade de um técnico de uma autarquia externa – no caso da Câmara Municipal de Ovar; -----

----- Considerando que a Administração e Gestão de Pessoal na Câmara Municipal de Águeda, é matéria cujo pelouro foi atribuído ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, sendo delegável; -----

----- Considerando que os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, é regulado pela Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 209/2009 de 03 de Setembro, o qual define regras procedimentais a cumprir pelas autarquias em matéria de orçamentação e gestão de despesas com pessoal, organização de carreiras, avaliação do desempenho e, alteração de posicionamentos remuneratórios em regime regra ou, pela via de opção gestionária e, -----

----- Considerando que, face às referidas notícias vindas a público, é necessário uma cabal investigação e apuramento dos factos, sobre o cumprimento ou não de tais regras procedimentais ou outras, tarefa que deverá estar a cargo de uma entidade, com superintendência administrativa externa sobre tal matéria e, independentemente dos resultados que se venham a apurar em sede dos inquéritos internos em curso, -----



----- Considerando que, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada hoje, dia 24.03.2010, não resulta um cabal esclarecimento de tal situação; -----

----- A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA PROPÕE QUE TODA A INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO ASSUNTO DOS ALEGADOS PAGAMENTOS INDEVIDOS AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS (INCLUÍDO A INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO QUE JÁ SE ENCONTRE NA POSSE DOS RESPONSÁVEIS PELOS INQUÉRITOS E A ACTA DA PRESENTE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA), SEJAM ENVIADOS À IGAL – INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – PARA OS FINS INSPECTIVOS TIDOS POR CONVENIENTES. -----

----- P'LO GRUPO MUNICIPAL DO PSD NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA.” -----

----- Senhor Presidente, é a forma que nós achamos que devemos trabalhar para que não restem nenhuma suspeitas sobre este processo e, volto a dizer, que entendemos também que a opção gestonária não exercida durante o ano de dois mil e nove tem que ser reposta na Câmara e não pode ficar nas mãos dos trabalhadores.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Não sei para que é que tive tanto tempo a explicar as coisas; o PSD já vinha convicto de que não ia ser esclarecido. Portanto, nessa base não há motivo para qualquer explicação. Eu não tenho qualquer razão para que não peça o inquérito - “quem não deve não teme”. Só vos quero dizer que devem mandar; só que nós vamos ser inspeccionados pela IGAL e a IGAL já nos comunicou que irá fazer uma inspecção à Autarquia de Águeda e como tal esse será um assunto que estará a ser analisado pelos Serviços. -----

----- Agora, quero lhe dizer que o senhor com certeza tem as suas fontes, tem os seus conselheiros jurídicos, mas posso lhe dizer que há algumas prerrogativas legais que assistem ao Executivo, no sentido de fazer retroagir decisões e corrigir decisões que não foram correctamente tomadas e é isso que este Executivo, que eu Presido, irá fazer brevemente. -----

----- Na realidade, quanto àquilo que se passou, nós estamos a fazer um trabalho árduo de verificar posição a posição e corrigir os erros que foram encontrados. Eu também não percebo a posição do PSD, porque por um lado eu estou a prejudicar mas devo mandar toda a gente

devolver. Por isso, há aqui algumas situações que são complicadas; posso ter interpretado mal, mas foi isso que eu retirei das suas palavras. Acredito que alguns funcionários foram prejudicados alguns meses, mas a Autarquia se comete um erro e, para mim, houve aqui uma má interpretação da legislação, que deu origem a esta situação toda. Agora, há que colocar as coisas nos devidos sítios, de acordo com a Lei. -----

----- Aquilo que vos posso dizer, é que irão ser tomadas todas as medidas para clarificar; estamos perfeitamente abertos. Posso vos dizer porque é que pedimos a estas entidades que viessem fazer o inquérito, porque eu não tenho nada a esconder. Sobre o Doutor Jorge Silva ser um colaborador da Câmara, é efectivamente, mas isso não acrescenta nada ao facto da sua hombridade, da sua coerência, da sua honestidade e da sua capacidade profissional, porque se eu pedisse a um outro qualquer, a partir do momento em que ele vem fazer um trabalho na Câmara passou a ser colaborador da Câmara; qualquer um é colaborador da Câmara quando vem trabalhar para a Câmara. Relativamente ao da Câmara de Ovar, tem os serviços de pessoal a um nível que eu espero ter dentro de algum e tempo e tanto quanto eu sei é um técnico competente. Ambos merecem credibilidade. Se o Presidente da Câmara a ordenar, está nas suas competências fazer os inquéritos; é competência do Presidente da Câmara, não é do Executivo. Depois, conforme aquilo que é apurado no inquérito, é que pode ser competência do Executivo tomar medidas ou continuar a ser competências do Presidente da Câmara. Posso vos dizer que isto está no estrito cumprimento da Lei. -----

----- Quanto ao número de trabalhadores que foram abrangidos, poderá ver aqui na listagem, eu não sei porque não os contei, mas são aqueles que estão determinados na listagem. -----

----- As situações de reposições de vencimentos estão previstas na Lei. Aquilo que a Câmara irá fazer é seguir um escrupuloso cumprimento da Lei para todos, tanto seja para um lado do que para outro e foi isso que foi dito aos trabalhadores da Autarquia; que iríamos cumprir a Lei. -----

----- O SIADAP está a ser instalado; estamos a fazer as classificações relativas ao ano anterior; estamos a terminar o ano; há um ano ou dois que não temos, mas os mecanismos estão previstos na Lei para os trabalhadores serem absolutamente compensados dessa não existência do SIADAP. Como o Senhor sabe, a Lei prevê diferentes mecanismos para isto, ou seja, se não tiver havido classificação os trabalhadores têm direito a um ponto ou podem pedir a avaliação curricular. São esses mecanismos que estão na Lei e que prevêem todas estas situações e como

tal, não há qualquer situação anómala neste quadro. Os direitos dos trabalhadores estão defendidos e, por outro lado, a legalidade é cumprida nos termos da legislação em vigor. -----

----- Lamento sinceramente porque os Senhores podiam ter chegado aqui e dizer que vão pedir o Inquérito e esclarecia, porque eu não tenho problemas nenhuns no Inquérito; eu estou perfeitamente à vontade; venham os Inquiridores. A Câmara é uma organização transparente; nós cometemos erros; cometemos todos erros; os Funcionários e os Políticos porque somos humanos; os únicos que não cometem erros é a tecnologia que, às vezes, também falha. Aquilo que se passou aqui, na minha perspectiva, foi algumas coisas que não deviam ter acontecido; aconteceram e politicamente eu sou responsável. -----

----- Agora, a Câmara de Águeda tem quinhentos funcionários com diferentes funções e não podemos, com certeza, estar em todos mas aceitamos e encaramos com tranquilidade o futuro e queremos sempre que o futuro seja melhor que o passado e que o presente e é para isso que trabalhamos todos os dias.” -----

----- Tendo sido aceite, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD à Mesa da Assembleia, foi a mesma colocada a discussão, usando da palavra os Senhores Deputados, que fizeram as intervenções que se transcreve na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP:** -----

----- “O CDS-PP tem muita pouca coisa a dizer acerca desta matéria e da convocatória desta Assembleia relativamente a este ponto e eu passo a explicar porquê. O CDS pediu ao Senhor Presidente da Câmara, com carácter de urgência, a entrega dos Inquéritos, são determinantes e são fundamentais para nós analisarmos aquilo que se passou, independentemente do facto de terem a credibilidade que nós queiramos que eles tenham depois de o analisarmos. -----

----- Foram feitas aqui algumas considerações que eu não posso deixar passar. Diria ao Senhor Doutor Paulo Matos que ele tem o direito à defesa dele e eu tenho direito ao meu julgamento pessoal. Aquilo que eu disse era o que eu pensava, aquilo que eu pensava é o que ainda penso hoje, independentemente de estar certo ou de estar errado, é a minha convicção e explico porquê. Porque ou o PSD tinha muitos elementos, como afinal veio aqui mostrar-se ter, ou então teria de ter aguardado, como o CDS fez, e ter pressionado o Senhor Presidente da Câmara para apresentar os Inquéritos. -----

----- Foi aqui dito que não está em causa a pessoa do Revisor Oficial de Contas, mas está.

Foram aqui levantadas dúvidas sobre a idoneidade do Revisor Oficial de Contas porque é um colaborador da Câmara Municipal. E eu lembrava que o Senhor Revisor Oficial de Contas tem uma sociedade de Revisão Oficial de Contas, da qual faz parte um destacado membro do PSD; a não ser que estejam a pôr em causa também o elemento do PSD que faz parte da sociedade com o Doutor Jorge Silva, o que me parece que não é o caso; o Doutor Jorge Silva não pode ser posto em causa. Aquilo que pode ser posto em causa na minha opinião, é o resultado do Inquérito que ele vai ter que assinar; que ele vai ter que justificar e que vai ter que pôr lá conclusões assinadas pelo punho dele e dizer quais são. Se nós, CDS, chegarmos à conclusão que o Doutor Jorge Silva limpou e branqueou a situação porque ele tem responsabilidades e tem conhecimentos técnicos capazes de elaborar um relatório e de pela presença técnica profissional que tem no mercado, não pode incorrer no erro de vir escrever aquilo que lhe apetece, porque nós também só aceitamos aquilo que queremos aceitar. -----

----- Portanto, até prova em contrário, os dois Inquéritos terão a dignidade que tiverem depois de nós analisarmos. -----

----- Relativamente à Câmara de Ovar eu também já questionei; aliás questionei publicamente e na comunicação social porquê a Câmara de Ovar? Porque, aliás, a Câmara de Ovar tem muitas ligações com a Câmara de Águeda, mas não é de agora, é já do passado. Eu, uma vez desesperado, no tempo do PSD, tive aqui um termo que depois até ficou muito conhecido porque a uma colaboradora, que tinha vindo também da Câmara de Ovar por umas trocas que tinham sido feitas, chamei-lhe de “espasmo obstrutivo”, porque qualquer coisa que se pedia à Câmara Municipal havia sempre uma Lei que obstruía tudo que se pedia. Até uma planta topográfica que uma vez foi pedida para discutir o PDM, a Senhora argumentou com a Lei que era impossível fornecer uma planta topográfica. Portanto, como sabemos todos, já do tempo do passado há, de facto, uma ligação afectiva à Câmara de Ovar, que eu também não percebo. Agora, subiu um bocado de patamar; passou de uma colaboradora administrativa para o filho do Presidente da Câmara. Nós também já tivemos também outros exemplos nesta casa, pelo que não vamos pôr em causa a idoneidade das pessoas nessa matéria. -----

----- O CDS-PP pediu ao Senhor Presidente da Câmara urgência na entrega dos Inquéritos; o Senhor Presidente respondeu dizendo que ainda não estavam prontos porque também não tinha pedido urgência aos Inquiridores, mas comprometeu-se até ao final do mês a entregar ao CDS-

PP os respectivos Inquéritos. Espero que entregue o da Câmara de Ovar, do Doutor Emanuel, bem como o do Senhor Doutor Jorge Silva. Conjuntamente com isso espero que seja entregue também a documentação que seja entendida, que é devida a um Inquérito para esclarecer uma situação que pode ser grave em termos administrativos; que é grave em termos políticos e que se pretende que sejam apuradas as responsabilidades até ao final para que depois politicamente cada um de nós, Partidos Políticos, possamos tomar a posição que entendamos sobre isso, com as devidas consequências políticas para quem governa e para quem tem a obrigação de auditar a actividade política da Câmara. -----

----- Eu pedia também ao Senhor Presidente da Assembleia que, com carácter de urgência, mandasse entregar, logo que possível, uma acta desta reunião, com tudo aquilo que aqui foi dito, porque muitas das coisas que aqui foram ditas terão que ser analisadas conjuntamente com os Inquéritos, para um julgamento claro sobre esta matéria. -----

----- Para finalizar, vou justificar porque é que disse aquilo que disse na comunicação social. É que o PSD sabe que os Inquéritos estavam pedidos e independentemente da demora que eles possam ter os Inquéritos são, na minha opinião, determinantes, porque eles são avalizados pelo Senhor Presidente da Câmara; foram pedidos pelo Senhor Presidente da Câmara; às pessoas de confiança do Senhor Presidente da Câmara e acho que são determinantes para se tomar uma posição nesta Assembleia. E como peça relevante, nós poderemos chegar à conclusão que os Inquéritos são conclusivos e que são honestos e se estiver aqui, efectivamente, toda a gente de boa fé, os Inquéritos valerão aquilo que valerem para quem os analisar e à luz da leitura que fizer deles. Se não estivermos aqui de boa fé, os Inquéritos, por muito bem analisados que estejam, não vão servir de nada porque nós continuaremos todos imbuídos da mesma boa ou da mesma má fé. -----

----- Mas os Inquéritos são determinantes, porque os Inquéritos vão responsabilizar também o Presidente da Câmara, porque aquilo que os Inquéritos lá trouxerem se o Senhor Presidente da Câmara nos mandar é porque ele assume também a responsabilidade daquilo que lá vem dito e se eu vier a encontrar matéria contraditória nos Inquéritos o Senhor Presidente da Câmara está “á pega comigo”, porque eu amigo e conhecido do Doutor Gil há muitos anos, mas politicamente eu não conheço o Doutor Gil porque eu sou de um Partido Político diferente dele; tenho muitas ideias diferentes do Doutor Gil Nadais e ele, seguramente, também tem muitas ideias diferentes

de mim. Portanto, politicamente ele ter-me-á sempre à perna, até pela posição que sou e pela responsabilidade que eu tenho e pela dignidade que eu tenho que manter como oposição ao Partido Socialista e como oposição à Câmara. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, eu vou aguardar os Inquéritos e o CDS-PP tomará publicamente ou nesta Assembleia ou em termos públicos, se assim o entender, as posições que decorrerem da leitura que fizerem dos Inquéritos. Provavelmente, depois da leitura do Inquérito o CDS-PP terá algumas dúvidas, de certeza absoluta e vai questionar o Senhor Presidente da Câmara na devida altura, no sítio certo e depois de ter os relatórios nós iremos analisar e a partir daí tomaremos uma posição. O que quer dizer que neste momento é para nós prematura a proposta que o PSD apresentou, não iremos votá-la favoravelmente, suportados precisamente naquilo que eu acabei de dizer.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “Em relação a esta situação a posição do Partido Socialista é muito clara. Já no outro dia tínhamos aqui defendido e já por declarações públicas o fizemos, que encarávamos isto como um erro. Há um erro e tem que haver um erro e quando eu falo um erro não é numa decisão de fazer o erro. Já várias vezes tivemos situações no nosso Concelho de decisão de fazer o erro. Aqui não existiu; existiu, como se pode ver, um erro administrativo. Mas a mim interessa-me os processos. O erro foi detectado no final de Novembro; o Senhor Presidente da Câmara tomou a iniciativa de consultar os ser Serviços; coisa que PSD disse que ele não o tinha feito na última Assembleia; consultou os seus Serviços e não obteve respostas satisfatórias e decidiu, por bem, fazer dois Inquéritos. -----

----- Foi aqui dito na última Assembleia que a situação correcta foi a que nós defendemos. Os Inquéritos pretendem ver que erro foi; se existe responsabilidades concretas ou não de alguém e pretendem também solucionar o erro e evitar que ele se repita. É esse o caminho adequado para uma situação dessas. -----

----- Portanto, o Senhor Presidente da Câmara conduziu todo o caminho correctamente a partir do momento em que tomou conhecimento do erro. -----

----- O PSD fez o seu trabalho; aproveitou aqui uma situação política e então vamos tentar ver que há aqui um erro, vamos puxar isto para as primeiras páginas dos jornais; tentando comparar com o seu passado e tentando branquear o passado como se este erro fosse igual àqueles que

eles propositadamente em algumas situações que tomaram no passado. Há uma diferença que é o propositadamente e há outras coisas que é o erro. Fez o seu trabalho e convocou esta Assembleia, no seu direito legítimo e é nessa perspectiva que aqui estamos e é dentro dessa legitimidade que eu aqui vim intervir. -----

----- Do Inquérito já vimos as conclusões; há algumas conclusões de que tudo se passou a partir de uma interpretação legal das normativas legais, que são variadas como já se viu aqui, que projectaram um erro em sequência. Dessas conclusões também se extraíram responsabilidades que eu não conheço mas, pelos vistos, responsabilidades de âmbito disciplinar sobre alguns funcionários, nomeadamente no que tem a ver com a lealdade e o dever de zelo. Agora, caberá ou não à Câmara avançar com essa situação. -----

----- O que o Inquérito não diz e é o que nos interessa aqui hoje, é a solução. Para nós, Partido Socialista, a solução passa por três situações: Uma é garantir aos trabalhadores da Câmara Municipal a sua remuneração e aquilo a que têm direito, porque tem trabalhado e na altura em que nós estamos, tem direito a receber seja o máximo possível dentro da legalidade. Outra é garantir ao erário público que existe uma devolução das verbas que não cabem a esses trabalhadores e que seja resposta e seja solucionado o erro no seu final. Uma terceira, é que neste processo seja adequado a cada uma das situações, de maneira a que não existam situações traumáticas em relação a algumas pessoas que têm algumas dificuldades hoje em dia e que irão ter dificuldades em repor o dinheiro. A lei prevê prazos, uns mais alargados, outros menos alargados. -----

----- É esse pedido que eu faço e é esse pedido que o PS faz ao Senhor Presidente da Câmara para quando for tratar desta solução que a trate o mais possível de forma individualizada; crie os melhores prazos de devolução, de maneira a que não haja problemas para os trabalhadores que já terão gasto muito destas verbas. -----

----- Esta é a solução! Após isto, que sirva de lição para uma maior atenção aos processos; porque falharam os funcionários que fizeram os quadros; falhou também quem dirigia e falhou, no fim, o Chefe de Departamento que, depois, também levou ao erro político. -----

----- Temos que apurar as responsabilidades políticas. O Doutor Paulo Matos falou nas responsabilidades políticas que o Doutor Gil Nadais disse que assumia. Agora, temos que ver também a par das responsabilidades políticas, tal como o processo disciplinar, o que é que se irá passar: Uma simples repreensão por escrito; talvez uma atribuição de horas extraordinárias, em

que terá que trabalhar mais cinco ou seis horas por semana; dar duas voltas à cidade a pé; usar a nova ciclo via; uma menção de censura; uma suspensão; um período de férias ou aquilo que o PSD gostaria: a demissão! -----

----- Depois de apuradas as responsabilidades políticas, teremos que apurar então qual é a penalidade que o Senhor Presidente da Câmara irá ter que cumprir. -----

----- Detectado o erro é preciso arranjar a solução e é preciso que essa solução seja o mais pacífica possível e que se evite novos erros. -----

----- Em relação à proposta do PSD de um Inquérito ao IGAL, só há aqui um problema que o PS vai ter dificuldade em votar e que eu chamo já a atenção do Senhor Presidente da Assembleia; é face votar os “considerandos”, eu com esses “considerandos” voto contra e que a seguir faça votar a proposta e com esse pode ter a certeza que o PS não votará contra a que seja feito o Inquérito pelo IGAL. Não poderá nunca votar contra e eu votar também não poderei contra nunca contra, porque isso de esconder é obra do passado. Nós aqui nunca votaremos contra o Inquérito da acção do Executivo e no direito dos Parlamentares terem conhecimento disso. -----

----- E se o Senhor Presidente da Câmara disse que o IGAL virá cá, espero bem que um dos assuntos seja este. Portanto, o PS não se vai opor à proposta do PSD de que seja enviado o Inquérito para o IGAL. Logicamente que nos vamos opor aos “considerandos”, que são subjectivos e implicam em si suspensões; implicam em si uma maneira de o PSD ver distorcida a situação. Aqui é só perante a situação e nós não nos opomos a que seja feito o Inquérito ao IGAL.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, como primeira questão, quero dizer que é completamente falsa a interpretação que o Senhor tem de que nós já vínhamos com a proposta preparada para ser votada e eu vou lhe explicar exactamente porquê. A proposta foi preparada para no caso de as respostas para nós não serem suficientemente esclarecedoras ou termos dúvidas no conteúdo das mesmas porque, evidentemente, não vínhamos para aqui escrever uma proposta em cima do joelho e à última da hora nesta Assembleia, razão pela qual a proposta vinha preparada. -----

----- Senhor Presidente, na intervenção que o Senhor fez ao nível das conclusões do Inquérito, quando o Senhor Presidente fala que, do seu ponto de vista, o facto de não haver despacho para



a opção gestonária mas esse é um valor devido aos trabalhadores, é uma visão de um jurista que aí está mas, do nosso ponto de vista, nós temos uma visão diferente. Então, nesta matéria o que nós entendemos é o que melhor do que qualquer visão neste processo é enviar o processo para o IGAL, porque é a entidade competente a nível da Administração Local para validar este processo e é por isso exactamente que o estamos a fazer, porque nós temos dúvidas que, não tendo sido o processo de opção gestonária, neste momento se consiga validar os valores pagos em dois mil e nove ao abrigo da opção gestonária. Nós temos dúvidas disso. -----

----- Senhor Presidente, recordo-lhe que não me respondeu em relação à opção gestonária para dois mil e dez; se vai ou não utilizar. Também não tem que me responder, não há o Orçamento feito, mas fiz-lhe essa pergunta e não obtive resposta. -----

----- Em relação à outra questão que o Senhor Presidente diz que: “Então o PSD aqui diz uma coisa e depois diz outra...”. Não! O que eu disse é exactamente o seguinte: A opção gestonária, do meu ponto de vista, não sendo cumprido o procedimento administrativo legalmente, não deve existir no ano de dois mil e nove. Por isso, os trabalhadores terão que devolver esse dinheiro à Câmara, porque ainda não passou um para se passar efectiva essa opção após o pagamento da mesma. Mas, se houvesse o SIADAP, se estivesse em funções no ano de dois mil e seis, no ano de dois mil e sete e no ano de dois mil e oito, poderia haver reposicionamento obrigatório – artigo quarenta e sete - os tais dez pontos. Se o SIADP estivesse em funções e os trabalhadores tivessem dez pontos, havia reposição remuneratória obrigatória e essa aí, se havia, é um direito dos trabalhadores. Por isso, eu disse que se havia essa e vi no Inquérito que afinal só estava a abordar a opção gestonária mas, depois, o Senhor Presidente disse o contrário, se houve reposição remuneratória obrigatória, os trabalhadores não têm que voltar a dar esse dinheiro à Câmara; se houve reposição remuneratória obrigatória ao abrigo do artigo quarenta e sete na mesma Lei. -----

----- Isto que fique claro: A opção gestonária tem que ser devolvida em relação a dois mil e nove; reposição obrigatória, não tem que ser devolvida. -----

----- Isto é a nossa interpretação, obviamente que depois de vermos o Inquérito, poderemos ter outra. Isto é só para lhe explicar que não temos dois pesos e duas medidas. -----

----- Quando me falam aqui em erros administrativos ou erros de má interpretação da Lei, eu não sei, porque eu ouvi hoje aqui que há um funcionário da Câmara Municipal que diz que foi a

Directora de Departamento que lhe deu instruções para fazer o pagamento e ouvi que no mesmo Inquérito a Directora de Departamento nega essas instruções. Pergunto: O que é que isto tem a ver com a interpretação da Lei? Um funcionário diz que foi o outro que lhe deu instruções, o outro diz que não deu instruções, alguém me sabe dizer que interpretação da Lei é esta? Eu não consigo perceber bem isto. Quando me falam aqui em erro de interpretação da Lei, o próprio Presidente da Câmara já diz que há um erro de interpretação da Lei da parte dos funcionários; ele já se antecipou aos funcionários nessa interpretação. Parabéns! -----

----- Senhor Presidente, gostaríamos de saber quais são os nomes que estão nesse inquérito para procedimento disciplinar; era importante que dissesse os nomes nesta Assembleia. -----

----- Em relação à inspecção do IGAL que o Senhor Presidente diz que está prevista para este ano para o nosso Município, eu desconhecia. Fui ao site do IGAL, tem todas as Câmaras que estão previstas inspecções para o ano de dois mil e dez e a Câmara Municipal de Águeda não consta no site. Provavelmente esse site não está tão avançado quanto ao nosso da Câmara e falta lá a Câmara de Águeda e está lá uma grande lista de Câmaras do País e algumas do distrito de Aveiro; convido-vos a irem à internet ver se, efectivamente, está lá a Câmara Municipal de Águeda. -----

----- Continuo a dizer que se vai haver inspecção, óptimo, mais fácil será juntarmos este processo dos documentos. -----

----- Uma proposta tem que ter “considerandos”. Mas se há algum “considerando” que esteja a levantar tantos problemas, nós até admitimos estudar a proposta à volta desse “considerando”. Digam qual é o “considerando” que querem retirar. -----

----- Agora, há uma coisa que eu tenho para mim. Se somos transparente; se não temos dúvidas nenhuma sobre os processos, qual é o problema de votar favoravelmente uma proposta, que manda o processo para entidade competente a nível nacional para analisar estas questões? Estamos com dúvidas sobre essa matéria? Temos dúvidas sobre o IGAL? -----

----- Para terminar, Senhor Professor António Martins e Senhor Professor José Vidal, nós temos que saber distinguir bem o que é a competência e o que são as relações pessoais. Não há aqui nenhum problema nem de competência, nem de relações pessoais misturadas. -----

----- O que eu disse em relação ao Doutor Jorge Silva, é que não está em causa, minimamente, a sua competência, a única coisa que acontece é que o Doutor Jorge Silva colaborou como

consultor na organização administrativa da Câmara. Ora, o que lhe é pedido no Inquérito é para verificar o que é que funcionou bem ou mal nesta organização administrativa. Quer dizer que se foi ele que colaborou organizando a Câmara não tem que estar agora envolvido.

----- Do meu ponto de vista, se fosse eu o que eu faria era o seguinte: -----

----- Primeiro ponto – Não ia chamar o Doutor Jorge Silva porque ele estava envolvido como consultor na organização administrativa da Câmara. -----

----- Segundo ponto - Levava o assunto ao Executivo porque eu só consigo trabalhar em equipa e para mim os meus parceiros do Executivo fazem parte da minha equipa e espero que todos tenham sabido e não apenas alguns parceiros do Executivo tenham sabido deste Inquérito.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor Engenheiro Hilário Santos, Ortega y Gasset diz que *“o homem é a medida de todas as coisas”* e cada um diz conforme pensa. Uma pessoa que colabora consigo não é independente, não é capaz de noutra situação ter um juízo e uma avaliação independente; está conivente sempre consigo. Não este o meu entendimento. -----

----- As pessoas são profissionais, capazes e querem honrar o nome que têm na praça e querem se afirmar pela qualidade do seu trabalho. É esta a minha postura. E quando eu chamo alguém para fazer o Inquérito, como disse aqui o Doutor António Martins, eu estou a ser julgado também pelas pessoas que eu estou a chamar, porque se eles fizerem um mau trabalho ou vierem para aqui encobrir e fazer coisas do género, eu estou a ser responsabilizado e não há aqui nada escondido e convido-o, se o Senhor quiser, a vir à Câmara Municipal para analisar todas estas situações. Aqui não há nada escondido. Agora, o que eu acho que fica muito mal e vão-me desculpar a violência, que isto é transversal à sociedade, é a nuvem de suspeição que se lança sobre as pessoas. Não se avalia o trabalho delas; vai se ver se é amigo de A, se é amigo de B, se tem relações com este ou se tem relações com aquele. -----

----- Meus Senhores, este caminho para dar cabo desta sociedade; é um caminho que em Portugal está a ser seguido e, na minha perspectiva, de forma extremamente errada. Nós temos de ajuizar as pessoas por aquilo que elas são, pela sua capacidade, não pelas ligações que têm; de quem são filhos, de quem são pais, de quem são netos. As pessoas devem valer pela sua

actividade e pela sua acção. É assim que eu analiso as pessoas e que para mim têm ou não valor. -----

----- Sobre o facto de a inspecção do IGAL não estar no site, sei que vamos ter uma inspecção de uma entidade que eu pensava que era o IGAL; se não for o IGAL será outra entidade, mas mantenho a mesma posição de que o processo seja mandado para o IGAL. Eu não sou contra isso, pelo que pode ir. -----

----- Quanto às contradições que foram apuradas e que o Senhor ficou tão alarmado no Inquérito; foram os depoimentos das pessoas que o Inquiridor registou. O Inquiridor não tem que inventar; tem de ouvir as pessoas, inquirir e transmitir ao papel as suas conclusões. Portanto, não vejo qualquer problema disto. -----

----- Quanto a dizer que a não aplicação do SIADAP é que conduziu a esta situação e que pôs em causa o reposicionamento, pelo menos foi isso que eu entendi das suas palavras. Há reposicionamento obrigatório independentemente da existência ou não de SIADAP porque está previsto na Lei os mecanismos necessários para que seja suprida essa falha. Portanto, o reposicionamento obrigatório é obrigatório independentemente de outros mecanismos. São dez pontos independentemente de ter SIADAP ou não ter; aquilo que diz é um reposicionamento obrigatório se tiver dez pontos. -----

----- Penso que respondi às questões; as outras ficarão para o Inquérito. Amanhã ou além enviarei estes relatórios a quem nos solicitou e obviamente que não vou divulgar o nome das pessoas, porque acho que há o direito à reserva da vida privada e como tal não vou estar aqui assim a dizer publicamente quem são as pessoas envolvidas no Inquérito, estará no relatório. Peço àqueles que solicitaram que haja a necessária reserva, porque eu acho que chega de andarmos na praça pública a enxovalhar as pessoas quando, muitas vezes, não acontece nada à posteriori. -----

----- Isto são situações que são aborrecidas e eu não entro em determinados jogos.” -----

----- **Deputado Paulo Manuel Matos Soares – GM do PSD:** -----

----- “Nós queríamos reiterar o mesmo pedido que foi feito pelo CDS de nos ser facultado os Inquéritos e toda a documentação relevante sobre esta matérias; aliás, a mesma documentação que irá ser enviada para o IGAL, caso a proposta seja aprovada, que nos seja enviada a nós. ----

----- Eu não gostei muito ouvir o Senhor Presidente falar em clima de suspeições. Eu já aqui

disse que não gostaria que a nossa Governância Local esteja permanentemente com este tipo de situações. Mas não fomos nós que começámos a caminhar por esta linha e também não criticamos; quando há razões para que as situações sejam levantadas, elas devem ser levantadas; não é na base do clima de suspeições. Se as entidades inspectivas existem, elas existem exactamente para acabar com as inspecções. O que é grave é que permanece a dúvida sobre as situações e não sejam investigadas. Nós sempre achámos que era tempo de Águeda ser notícia pelas boas razões, sempre dissemos isso, em circunstâncias muito difíceis para nós, porque nós também temos sentimentos. A política vive também bastante de sentimentos, porque é feitas por pessoas e são sempre situações desagradáveis, como disse, mas no passado, isso não era tido em conta sempre no seu critério e nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, com a diferença das situações, que elas são obviamente diferentes. Agora, não podemos vir para aqui dizer que se está a criar clima de suspeição porque isso não é verdade. -----

----- Nós queremos o esclarecimento das situações; a verdade, sem qualquer aproveitamento político e não é pelo Professor António Martins repetir isso até à exaustão e por ter aqui um comportamento aparentemente diferente do que nós tivemos, mas com os mesmos objectivos, que nós vamos mudar de posição. Nós estamos a cumprir um dever, que para além de um dever enquanto ele é dos Locais, ele é um dever Cívico, que é pugnado pelo esclarecimento de uma situação e nada mais. -----

----- Em matéria de competência das pessoas, volto a repetir, para que não fique a ideia no ar, o Doutor Jorge Silva, é das pessoas mais competentes que eu conheço no Concelho de Águeda e até em termos nacionais, em matéria de revisão oficial de contas e é assim que eu o conheço pessoalmente. Portanto, não está em causa a sua honorabilidade nesta matéria e que não fique a menor dúvida sobre isso também, porque nós estamos aqui para acusar pessoas, estamos aqui para esclarecer factos.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os esclarecimentos necessários, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu falei a respeito da suspeição quero ser bem claro que foi levantada a respeito das pessoas que eu convidei. Agora, a respeito da minha pessoa, eu já sei que isto de ser Presidente de Câmara são riscos que se correm no momento actual e anterior, mas que eu

acho que temos um caminho para fazer, no sentido de que não hajam suspeições e é com Inquéritos e com estas coisas, mas tratar disto serenamente; eu não tenho problemas nenhuns a respeito disso. -----

----- Para terminar, queria só fazer um esclarecimento que os Serviços me informaram, que parece que aquilo que está no site do IGAL são as Câmaras que foram inspeccionadas no ano anterior e não aquelas que vão ser durante este ano.” -----

----- Para uma nova intervenção sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra à **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS**; que fez a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Antes de mais, eu queria dizer que acho que nesta sala ninguém tem dúvidas que realmente o PSD não quer fazer qualquer aproveitamento político desta situação; acho que ninguém tem dúvidas quanto a isso. -----

----- Quanto à questão da avaliação, eu própria fiquei com algumas dúvidas que eu acho que convinha serem esclarecidas. Disse o Senhor Deputado Hilário Santos que é impossível obter dez pontos não havendo avaliação com o SIADAP. Segundo aquilo que eu sei é possível obter essa pontuação na ausência do SIADAP, e eu queria que isso fosse esclarecido. Penso que se for solicitada a avaliação curricular podem ser obtidos dois pontos e sendo em circunstâncias normais um ponto, pelo que isso poderá acontecer. Esta era a primeira questão que eu queria ver respondida porque parece-me que é possível haver o tal reposicionamento não estando em vigor o SIADAP referente ao ano de dois mil e nove que, no fundo, é o que está aqui em causa. Nós estamos aqui a discutir os reposicionamentos que foram feitos ao longo do ano de dois mil e nove. -----

----- Outra questão é que entretanto fiquei com essa dúvida, se calhar, é defeito profissional, mas o Senhor Deputado chamou aqui a atenção para o facto de se optasse pela opção gestonária e não para o reposicionamento obrigatório, essa opção teria que ser tomada até quinze de Janeiro de dois mil e nove. Ora, a legislação que nós estamos aqui a ter em consideração é a Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e oito, que por sua vez tem a redacção do Decreto-Lei duzentos e nove, de três de Setembro de dois mil e nove. Ora, três de Setembro de dois mil e nove é depois de três de Janeiro de dois mil e nove. Muito sinceramente, eu não sei como é que isto se resolve. Entretanto eu também troquei

impressões com o meu colega José Vidal e, efectivamente, não sei se isto terá alguma implicação. O que é certo é que nós estamos a trabalhar numa base legal de uma Lei de dois mil e oito na redacção dada pelo Decreto-Lei de Setembro de dois mil e nove. Se teria que ser até quinze de Janeiro de dois mil e nove, como é que isso poderá ser se o Decreto-Lei é posterior? Eu também não sei, há que ver isso mas, se calhar, não é bem assim como o Senhor Deputado estará a dizer. De todo o modo, sempre estaremos ao abrigo da reposição remuneratória obrigatória porque apesar de não haver SIADAP certamente será possível, ao contrário daquilo que nos quis demonstrar.” -----

----- Seguidamente, usaram da palavra os Deputados, cujas intervenções se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PJJ de Águeda – PS:** -----

----- “Eu penso que o PSD veio com as coisas previamente estipuladas com o objectivo que o Hilário na segunda intervenção fez. Senhor Presidente da Câmara, fiquei muito feliz por as datas que trouxe aqui, porque habitualmente politicamente nestas coisas corresse atrás do prejuízo. Ou seja, o PSD levantou um problema qualquer relativamente aí a uns pagamentos e o Presidente da Câmara corre logo a ver que asneira é que fez. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, o Senhor sabe que no dia vinte e cinco de cada mês se pagam os vencimentos aos funcionários e no dia vinte e cinco de Novembro a Câmara paga o vencimento aos funcionários; no dia catorze de Dezembro, duas semanas depois, ao lhe chegarem rumores ou informações a dizer que havia qualquer situação pouco clara relativamente àquilo que foi pago nos vencimentos, o Senhor Presidente como responsável máximo, político pela Autarquia e muito bem, fez aquilo que lhe compete. Chegou-lhe qualquer informação de coisa que não estava a correr bem e como é responsável e trata disto a sério, pede a quem de direito dentro da Câmara Municipal, informações acerca do que é que se passa relativamente a este assunto. Apenas quinze dias depois e não foi atrás de qualquer comentário da comunicação social ou do PSD, ou do CDS-PP, ou do PS. Foi porque lhe chegou ao conhecimento que qualquer coisa não estaria bem e inclusivamente deu prazos, que não foram cumpridos e voltou a insistir. -----

----- Senhor Deputado eu estive sempre a ouvi-lo e estava a falar para si pela questão das datas, porque foi aquilo que você veio para aqui confundir as pessoas não colocando as datas

certas, porque a ideia que tentou passar aqui para o público, para a comunicação e para a Internet, é que o Senhor Presidente da Câmara foi atrás daquilo que você falou numa Assembleia qualquer em finais de Dezembro, mas não. Antes de você comentar aqui, o PSD ou os jornais, o Senhor Presidente da Câmara já tinha corrido atrás do prejuízo, como se diz em linguagem futebolística à Pinto da Costa. Estou a falar no dia 25 de Novembro e Dezembro. -----

----- Portanto, o Senhor Presidente fez muito bem; levantou o Inquérito e do que aqui foi lido tinha que haver uma decisão do Executivo para ver essa situação, parece que também não houve. Também quero dizer que penso que nenhum funcionário da Câmara Municipal de Águeda que tenham feito isto com o intuito de estar a beneficiar os colegas e estar a lesar a Câmara Municipal; não acredito porque estamos a falar em muito dinheiro e estamos a falar porque o montante é grande; o que quer dizer que infelizmente para quem o cometeu o erro não cria com certeza cometer um erro desta dimensão que desse origem a tudo isto, porque para além dos quatrocentos e tal mil euros que foram a mais, ainda temos mais três mil e tal euros que o Hilário ajudou a gastar a Autarquia nesta Assembleia para vir cá pedir a inspeção, porque foi isso que veio cá pedir e pouco mais. -----

----- Até aqui era sempre o Armando Ferreira que falava no passado e vocês acusavam o homem de falar sempre no passado, mas o PSD é que fala no passado; o passado que não deu origem a cinco Chefes de Departamento num mandato, mas deu origem a um, a dois e a três Presidentes de Câmara num mandato. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara é um mau gestor dos recursos humanos; temos um Presidente que é mau e é contra os funcionários, porque só mete processos a torto e a direito, pelo que eu tenho aqui ouvido falar pelo PSD e depois dá trezentos mil euros a mais. É preciso começar a não confundir as pessoas e percebermos na realidade o que é que o PSD quer. A falarem tanto no passado o que é que querem? Querem que esta situação esconda algumas? Quais? O Doutor Paulo Matos diz que o Doutor Jorge Silva é dos melhores na área dele até no País inteiro, mas não é vir trabalhar aqui para ao pé do Doutor Gil Nadais. -----

----- Há um prémio de grande de distinção para a Câmara, que parece que foi o Doutor Jorge Silva que ajudou na parte da contabilidade analítica; ele serve para ajudar a conquistarmos um prémio dessa dimensão, mas não serve depois para fazer uma análise em termos económicos, que é mais ou menos da mesma área. Portanto, paremos com suspeições. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara está também de parabéns porque disse uma coisa que me tranquiliza; porque relativamente ao avançar com o processo para a IGAL disse para avançar porque “quem não deve não teme”, mas não disse aqui que a culpa era das funcionárias; disse uma coisa que em política é importante e que ouvi poucas vezes nesta Assembleia: “*Eu sou sempre o responsável político nas minhas presenças e nas minhas ausências*”. O Senhor Presidente da Câmara sabe bem qual é a função dele e por isso é que ele a está a exercer bem e é por isso que depois de cá estar quatro anos teve a vitória que teve, porque as pessoas acreditam que o Doutor Gil Nadais está aqui com a verdade, com clareza, com transparência que até então nunca houve. Só por isso é que as pessoas depositam tanta confiança nele, porque antes as razões não seriam as melhores para depositar tanta confiança. -----

----- Senhor Deputado Hilário Santos, há situações que eu não gosto e que ferem um bocado a minha susceptibilidade. A gente, às vezes, quando fala para o público e essa é uma das artes para o político é saber falar para o público e levá-los para o caminho que quer. Há bocado disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara tinha sido informado que naquela ordem de pagamento que era uma questão de retroactivos, mas não é, são dois meses num por causa do décimo terceiro mês, são muitos funcionários. é muito dinheiro e é uma situação chata que infelizmente está criada. -----

----- Aquilo que eu penso é que o objectivo do PSD e após a clara e precisa explicação do Senhor Presidente da Câmara, não era vir aqui ouvir os esclarecimentos; era fazer seguir a situação.” -----

----- **Deputado Francisco Rogério Martinho Estrela – GM do PS:** -----

----- “Vim para aqui apenas tentar fazer alguma luz, se é que é possível, sobre a questão do SIADAP. O SIADAP foi lançado com uma certa antecedência, não sei se foi em dois mil e quatro ou dois mil e cinco, mas foi aplicada na Junta de Freguesia de Águeda e creio que na Câmara Municipal também em dois mil e sete, dois mil e oito e tem que ser comunicado, via Internet, até ao dia trinta de Março do ano seguinte, que é quando é feita a avaliação. Os objectivos terão que ser tratados com o próprio funcionário, o Chefe de Departamento e a partir daí se fará essa avaliação. -----

----- Também queria dizer que não sei se se recordam que as carreiras da Administração Pública foram alteradas, elas tinham centenas de categorias e deixaram de ter para ter cinco ou

sete. Houve necessidade de fazer o reposicionamento das pessoas, face à nova legislação, o que implicou um grande trabalho dos Serviços de toda a gente. Isso não é fácil porque são trezentos trabalhadores, cada um com o seu escalão e o seu índice, porque é pelos índices que se paga, mas também existem escalões e há categorias a seguir. Portanto, esse conjunto de coisas não é para se ter feito assim em cima do joelho. -----

----- Relativamente à aplicação do SIADAP, até houve Instituições que não fizeram essa avaliação, quer no ensino, quer noutros serviços e mantiveram a avaliação do sistema antigo, onde havia a avaliação de Insuficiente, que era de três a quatro; Suficiente e até os dezassete – vinte que dava o Muito Bom. Essas avaliações continuaram a valer e para quem tivesse equivalências correspondia ao Excelente ou Muito Bom. Para além disso, vocês também sabem que há um limite para quem possa ter Excelente e Muito Bom e também sabe que quem tiver Excelente ou Muito Bom progride mais rapidamente na carreira. -----

-----Todas essas situações foram ponderadas ou mal ponderadas por erros administrativos. Eu não acredito que esses erros se possam assacar a alguém do Executivo, seja que Executivo for, porque eu relembro aqui também que há uns anos em que eu estive no conselho administrativo e no conselho directivo da Escola Marques de Castilho e havia duzentos e cinquenta professores, cinquenta funcionários e quinze elementos da secretaria; era muita gente e houve uma inspecção por terem sido pagas horas extraordinárias mal pagas e a Função Pública teve que repor todo esse dinheiro e os professores tiveram que repor e houve professores que tiveram que receber, à semelhança do que se passou aqui. Portanto, aqui os quatro meses foi um tempo recorde porque na escola demoraram dois anos. A Lei permite que as pessoas possam pagar até cinquenta e nove prestações, são os tais cinco anos, paga a primeira mais cinquenta e nove prestações, mas esses valores também dependem do montante que a pessoas tiver que repor. Todos os pagamentos indevidos têm que ser devolvidos, ninguém pode ficar o resto. -----

----- É evidente que os funcionários são responsáveis, mas o Senhor deputado Paulo Matos acabou de dizer aqui que até para os licenciados em direito é muito difícil, porque a legislação é muita e é complicada. Foi feita à última da hora, porque toda a gente se queixou do sistema de avaliação. Vejam o que os professores fizeram durante muito tempo e ainda hoje para a avaliação. Na Administração Pública o problema é mesmo; vamos ser um pouco coerentes, condescendes até um certo de limite, não deixando de responsabilizar quem ter que ser

responsabilizado. -----

----- Engenheiro Hilário, quanto à pontuação e sobre o SIADAP, a Junta de Freguesia, que era uma Junta de freguesia fez e reposicionou e quanto á Câmara Municipal eu sei que fez; mais, a Câmara Municipal fez uma acção de formação no Cine-Teatro São Pedro desse sistema. A avaliação é uma coisa, o reposicionamento e as condições para atingir o escalão ou o índice é outra, porque isso tem a ver com categoria, com o tempo de permanência na categoria e outras questões.” -----

----- **Deputada Marlene Domingues Gaio – GM do PSD:** -----

----- “Como diz a minha colega, a minha intervenção é puramente profissional, mas é justamente só no sentido de algumas dúvidas que foram suscitadas quanto à aplicabilidade do prazo da opção gestonária e isto com a entrada em vigor do Decreto-Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro. Este diploma prevê, nomeadamente no artigo oitavo, que está em epígrafe a alteração do reposicionamento remuneratório em excepção e no número cinco deste artigo diz-se precisamente que é aplicável o disposto no número sete, do artigo quarenta e sete, da Lei doze A dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro. Esse artigo diz justamente que a decisão do dirigente máximo do órgão é tomada no prazo de quinze dias após o início da execução do Orçamento. Portanto, quanto a esta situação mantém-se, apesar desta alteração à legislação anterior.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP:** -----

----- “Não posso deixar de fazer aqui uma questão depois do que ouvi o Paulo Seara aqui falar. É que há uma velha máxima que diz que nós às vezes devemos ser como o cão e mexer mais o rabo do que a língua, porque quando falamos demais depois suscitamos alguma curiosidade aos outros. -----

----- O que eu queria perguntar era o seguinte: É que agora parece-me que o problema, se calhar, está sobredimensionado, porque não é só a Câmara que tem funcionários públicos; as Juntas de Freguesia também têm e muito provavelmente as Juntas das Freguesia incorreram no mesmo erro que a Câmara ou dentro da legalidade fizeram aumentos. O que eu queria perguntar aqui aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia se, efectivamente, alguns deles estão, neste momento, na mesma situação da Câmara. Ou seja, por sugestão, que tenham pago salários que não deveriam ter pago. Eu, se todos se remeterem ao silêncio, parto do princípio

que todos os Presidentes das Juntas de Freguesia procederam correctamente; basta-me essa resposta vossa, mas fico com curiosidade de saber se, efectivamente, também nas Juntas de Freguesia esta situação também ocorre.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira – GM do PSD:** -----

----- “O ponto de situação da discussão desta noite está no dia em que alguém assinou o pagamento de trezentos e tal mil euros a mais; esse é o ponto-chave. Eu estive doze anos na política e normalmente eram sempre duas pessoas a assinarem os cheques e quando assinávamos uma valor maior, nós verificávamos bem o que estávamos a fazer. -----

----- Neste momento, estar hoje na política é difícil porque é preciso estar muito atento a esta legislação toda, mas também é muito fácil porque simplesmente assinar não tem problema nenhum, visto que não se vai pagar, agora, na vida pessoal se nos enganamos a passar o cheque é que o dinheiro vai à vida e nunca mais o vê. É esse o problema nisto tudo. Eu quando estive na Junta de Freguesia tive sempre a preocupação de ver bem o que estava a assinar, porque podia sobrar para mim. -----

----- Nesta Câmara Municipal passaram-se trezentos e tal mil euros mais e agora estamos aqui toda a noite a discutir isto, no entanto, gostei de ver o Senhor Presidente da Câmara assumir a responsabilidade. -----

----- Se o problema tivesse sido comigo, de certeza que não era tratado da forma como foi tratado; eu teria tido uma atitude diferente da que o Senhor Presidente teve, porque no dia em que dessem para assinar os trezentos e tal mil euros a mais, eu possivelmente que não assinaria a ordem de pagamento, porque o dinheiro para mim é de muita responsabilidade. Esta era logo a primeira atitude a ser tomada e, se calhar, já não existia este problema. -----

----- Depois como segunda atitude, relativamente ao facto do Senhor Presidente ter mandado dois e-mail's para os funcionários para obter esclarecimentos; se este problema tão sério fosse comigo, eu não lhes mandava dois e-mail's num espaço de um mês; eu ia a correr ter com os funcionários até me apurarem a realidade, porque para quem é responsável não havia outra maneira de agir senão esta. -----

----- Outra atitude que teria que ter tido, era se tivesse assinado a transferência mal feita, eu já teria, na Assembleia anterior, vindo aqui pedir desculpa pelo facto de me ter enganado de uma maneira séria e que tinha que resolver o problema e também não tinha feito o que o Senhor

Presidente da Câmara fez aos Senhores Vereadores da oposição do PSD, que não lhes respondeu. -----

----- Depois desta situação, acho que as pessoas têm que ser mais responsáveis, porque não se pode brincar com o dinheiro e penso que é altura de o Senhor Presidente da Câmara arranjar um Director de Departamento Administrativo e Financeiro em condições, porque já vai no quinto e, na minha opinião, é aí que está o grande problema, porque se o Senhor Presidente tivesse um Director de Departamento com qualidade, não tinha este problema. Ainda faltam mais três anos para terminar o mandato, quantos mais Directores de Departamento é que o Senhor Presidente da Câmara ira ter?” -----

----- Decorridas as intervenções feitas pelos Senhores Deputados da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Eu aceito sugestões para Director de Departamento Administrativo e Financeiro, eu preciso efectivamente de pessoas que possam assumir as suas responsabilidades e que me deixem descansado, porque na realidade é um lugar chave na Autarquia. -----

----- Quanto ao dinheiro, as pessoas que trabalham comigo na Câmara, sabem como é que é feita a gestão do dinheiro e aquilo que eu digo sempre é que o dinheiro da Autarquia é de todos nós e que temos que ter muito cuidado a gerir. Quanto ao meu dinheiro eu não tenho que prestar contas, só a mim mesmo; o dinheiro público tem de ser gerido com parcimónia e tem de ser gerido com transparência e com o máximo de eficácia. São estes os preceitos que eu tento passar e aquilo que eu digo e as acções que faço em termos do exercício do Poder Autárquico.--

----- Relativamente à questão das assinaturas, é bom esclarecer que o jornal que transmitiu que foi o Jorge de Almeida o mandante disto, não esteve na reunião de Câmara. Os órgãos de comunicação social que estiveram na reunião de Câmara transmitiram o que lá se passou. Eu não posso obrigar um órgão de comunicação social que não está, transmite eficazmente aquilo que se passou efectivamente. Aquilo que eu disse na reunião de Câmara e quero que fique aqui bem claro, foi que eu não sabia ainda quem tinham sido as pessoas todas por quem tinha passado o processo, mas que tinha passado por várias mãos, porque não foi um processo de uma ou duas pessoas, houve muita gente envolvida nisto. A última que eu sabia que pôs lá a assinatura foi a do Jorge Silva. Foi isto que eu disse com transparência, com clareza e com

abertura, porque é aquilo que se passou efectivamente, mas houve muitas outras pessoas antes de chegar à mão do Jorge Almeida. -----

----- Quanto a não ter respondido na última reunião, isto é um assunto polémico e eu entendi que nós tínhamos um momento aqui assim para explicar todas as situações; eu não tinha ainda elementos cabais para estar a dar respostas e entendi que não iria adiantar muito. Eu não andei aqui a esconder informação, porque não podia com a atitude de uma informação parcelar que no outro dia pudesse estar incorrecta; este processo não se compadece com isso. -----

----- Nós, neste momento, estamos com os dados todos e estamos capazes de tomar decisões de corrigir tudo aquilo que é necessário corrigir; dar aos trabalhadores aquilo que se possa dar e fazer regressar aos cofres da Autarquia aquilo que é do erário público e que tem que continuar lá.”-----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou aprovar a referida proposta, por maioria, com 8 votos contra, sendo 5 votos do CDS e 3 votos do PS; com 14 abstenções, sendo 9 do PS, 3 do PSD e 2 de Independentes e com 15 votos a favor, sendo 14 votos do PSD e 1 voto de Independente. -----

----- Terminada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra aos Senhor Deputados da Assembleia, que fizeram as **DECLARAÇÕES DE VOTO CONTRA**, que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS:** -----

----- “A minha declaração de voto é no sentido que ao ter votado contra, não sou contra a que seja feita uma auditoria junto do IGAL; nada tenho opor quanto a isso Agora, quanto aos “considerandos” não me revejo e uma vez que não foi aceite a sua sugestão apresentada pelo Líder do Grupo do PS em que eles fossem retirados ou pelo menos que a proposta fosse votada em separado; não me revendo minimamente naquilo que dizem os “considerandos”, não podia de forma alguma subscrever esta proposta, nem sequer abster-me contra a mesma, porque realmente sou contra aquilo que ali está escrito, não me revejo no que lá vem. -----

----- Não estou contra a realização da auditoria como disse o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, “*quem não deve não teme*”, contudo, não podia de aqui deixar esta declaração de

voto.” -----

-----**Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – GM do PS:** -----

-----“Em meu nome pessoal e em nome do Partido Socialista, eu votei contra, porque embora nada tenha contra a inspecção do IGAL. Antes pelo contrário, é bem vinda, porque virá validar a justeza de procedimentos seguidos na sequência dos acontecimentos pelo Executivo, particularmente pelo Senhor Presidente da Câmara. Os “considerandos” desta proposta instalaram e continuam a instalar suspeição, onde existe uma clareza que foi acentuada nesta Sessão Extraordinária da Assembleia, ignoram factos esclarecedores, límpidos e transparentes, substituindo-os por insinuações, politicamente calculados, porque acho que é profundamente desonesta em termos intelectuais.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS-PP:** -----

----- “Vinha só reafirmar que a votação contra do CDS tem a ver precisamente com aquilo que acha um requerimento antes do tempo, na medida em que vêm aí agora os relatórios e os relatórios devem ser analisados. -----

----- Nós achamos pessoalmente que o IGAL que não é seguramente uma entidade cega. Se também lê jornais, já terá reunido alguma matéria para, eventualmente, vir questionar a Câmara de Águeda. Aliás, é isso que se exige das entidades e nomeadamente acho que a comunicação social escreveu o suficiente para que isso aconteça. -----

----- De qualquer das formas, devo dizer que seria errado votarmos contra, na medida em que acabamos de pedir relatórios, vamos analisar. Não faz sentido, neste momento, pedirmos uma investigação de uma coisa que ainda não analisámos.” -----

----- **Ponto 2 – PONTO DE SITUAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ÁGUEDA.** -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto dois da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – GM do PSD**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em primeiro lugar queria fazer aqui um aparte dado o adiantar da hora. Na minha posição, debater este assunto da Carta Educativa, para mim a Carta Educativa que é, a par do PDM, um

documento fundamental para o desenvolvimento de um Concelho como o nosso, sabe-me a pouco. -----

----- É certo que, se calhar, alguns colegas que estão aqui não valorizaram até hoje este documento e peço desculpa se estou a errar. Eu, pessoalmente, tenho tentado motivar os meus colegas de Partido para a importância deste documento e para a importância estratégica para o futuro do Concelho a nível da educação. -----

----- Para mim a carta Educativa nasceu tarde, o PSD também tem as suas responsabilidades; já as assumi como Vereador. Disse ao Senhor presidente da Câmara que andou durante muito tempo também com isto a passar dos tempos. De repente, apareceu com uma primeira versão, que chumbámos. A segunda versão foi feita também com algum tratamento conjunto com os Partidos, com alguns Presidentes de Câmara, com pouca participação cívica das pessoas de Águeda. -----

----- Na minha visão, este documento é realmente fundamental e volto a dizer, a par do PDM que também tarda em aparecer mas aí são outras questões. -----

----- Eu estou aqui apenas para deixar o meu sentido cívico e como Professor, preocupo-me com o futuro das minhas crianças, dos meus jovens e dos que hão-de vir para o Concelho de Águeda. -----

----- Fazia uma intervenção dividida em três partes: Uma parte técnica; a seguir uma parte política e depois uma parte filosófica de princípio de educação. -----

----- Em primeiro lugar, quero dizer que o documento ao qual estive a assistir no dia três de Março, aqui nesta Câmara Municipal, representando o PSD, soube-me a pouco. Pode dizer-me o Senhor Presidente que foi o possível que se pode fazer, mas para quem quer ser Excelente tem que ter mais. Por isso é que eu pedi ao PSD para agendar esta situação. Fui ver números e numa motorização, no meu ponto de vista de um documento, não vê só a questão dos números, se temos mais crianças, se temos menos crianças, se vamos fazer mais salas, se vamos fazer menos salas. Não se avaliou, nessa monitorização, porque é que não cumprimos o documento, que foi aprovado e foi proposto pela Câmara. Eu só lhe quero dizer que nesse documento na página duzentos e dois está um mapa comum calendário preciso sobre essa carta, que tem valido zero. Portanto, não vale a pena, o documento é o que é e a sua execução não foi monitorizada e na minha opinião devia ser monitorizada também esta situação. -----



----- Dizer-lhe que quando assistimos aqui à apresentação deste documento, ficámos de alguma maneira inquietados e foi nesse sentido que viemos aqui hoje com esta situação. -----

----- Não vou falar muito de números porque, se calhar, os números valem o que valem e eu só para demonstrar que eles valem o que valem é que eu gostei da apresentação em PowerPoint e só para não contrariar foram apresentados alguns números, e volto a dizer que eles valem o que valem, mas são preocupantes; até porque alguns começam por partir de princípios correctos, por exemplo eu trouxe aqui o que foi nesse PowerPoint apresentado para o Pólo Educativo da Borralha, que parte de dados correctos; dois mil e nove, dois mil e dez nós temos realmente cento e doze crianças naquele Pólo, mas para o próximo ano baixa para sessenta e um. Eu estive a fazer as minhas contas e mesmo saindo todas as crianças que lá estão no quarto ano, no próximo ano existem no mínimo oitenta e três.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar alguns esclarecimentos necessários, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu nessa reunião pedi que nos trouxessem contributos porque poderia haver alguns erros nessa situação. Eu penso que estamos à vontade para aceitar esses erros e estamos para fazer um documento melhor. Foi um documento interno de trabalho; não é um documento final; estamos a trabalhar e por isso pedimos a colaboração das pessoas Representantes dos Partidos, de pessoas ligadas ao sector da educação para nos apoiarem nessa situação. Não é um documento fechado.”-----

----- Para continuar a sua intervenção, usou da palavra ao **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – GM do PSD**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, queria só dizer-lhe que ao ler esta situação, os números valem o que valem e apesar de estarem completamente errados, como é o caso da Borralha, da Trofa e de Recardães, que estão completamente errados. São situações que valem o que valem. -----

----- Para nós, o mais importante desta monitorização e ligado a esta situação, a Carta Educativa permite fazer uma pequena “revolução” a nível da Educação e nesse sentido carece que, ligado a esta Carta Educativa, haja também uma definição de que Escola é que nós queremos e mais do que falarmos de paredes e de salas, devíamos falar e devíamos ter nessa monitorização conversado e acompanhado para revermos esse documento e definirmos qual é a Política

Educativa Concelhia que queremos. -----

----- Repare que já lhe falei isso quando era Vereador; há muito tempo que venho a dizer que a Carta Educativa deve ser acompanhada num Projecto Educativo Concelhio. Passaram quatro anos e continuo a achar que ela já devia estar cá fora. Como o Senhor Presidente sabe, a Escola primeiro tem um papel fundamental no seu desenvolvimento local de uma região e nesse sentido não se pode pensar esta Escola sem pensarmos globalmente no seu desenvolvimento. Nesse sentido, eu questionava o Senhor Presidente nalgumas situações. Nos Pólos Educativos está vertido a construção de novas salas para as valência que o Ministério da Educação coloca nomeadamente para as Escolas chamadas a tempo inteiro? Está definida a questão da existência de espaços verdes e lúdicos para dotarem nestes Pólos? Estes Pólos permitem o aproveitamento da parte da rentabilização comunitária? -----

----- Senhor Presidente, estamos a falar em obras que vão ser para vinte, vinte e cinco anos e que representam a nossa visão que temos para a Educação e o nosso anseio para dotarmos melhor esta situação. Não podemos apresentar apenas números, números esses que são vazios. Pode dizer-me que realmente daqui a dez anos há menos crianças; realmente em dois mil e nove não nasceram quase nenhuma crianças, mas o que é certo é que não é só essa a problemática; a problemática é aquelas crianças que vão estar na Escola que precisam de Pólos com todas estas condições e mais algumas para podermos avançar. -----

----- Senhor Presidente, só para lhe dizer que os números valem o que valem e não haja dúvidas que tem alguma razão quando diz que também não podemos fugir dos números e eles representam uma preocupação porque não há nascimentos, logo também não há crianças nas Escolas. Mas ligado a esta problemática, eu pergunto ao Senhor Presidente, pelos dados que o apresentou do ano de dois mil e nove para o ano de dois mil e onze, há uma perca de crianças na ordem dos quinhentos e sessenta e quatro; estes são os dados que se podem lá ler. -----

----- Agregado a esta situação, no meu ponto de vista, a Câmara tem que pensar rapidamente em implementar uma política de incentivo a que se reverta um pouco este envelhecimento precoce do Concelho, com uma política que possa ser pensada conjuntamente com as Escolas e com as Instituições Sociais. -----

----- Finalmente, Senhor Presidente, acreditando que tudo isto que o Senhor apresentou a nível de números esteja certo, eu só queria fazer-lhe também outra questão. Não apresentámos aqui

nesta monitorização um calendário para a execução desta Carta Educativa, gostaria também de saber se já existe, saber por onde é que vai o Pólo da Pateira Nascente e qual o seu calendário de execução. Saber para onde é que vai Águeda dois. -----

----- Não questionámos a questão da não existência que estava prevista na Carta Educativa no Pólo Serrano, realmente não se pode inverter uma situação de não termos crianças nesse local, mas carece de criarmos algumas sinergias e alguns incentivos para que alguma coisa se possa reverter. Não podemos aceitar isto como definido e assente para sempre. -----

----- Carece aos Políticos de Águeda trabalharem, no sentido de termos no futuro condições para quem queira ter filhos em Águeda e termos respostas condignas e válidas. -----

----- Termino, dizendo que achamos e continuamos a achar que Águeda durante estes quatro, não digo que esteve parada, mas para quem precisa de andar mais rápido nestas situações, esteve um pouco lenta demais. Espero que agora ao acelerar, não vamos cometer situações de não pensarmos nos Pólos Educativos, nas suas vertentes que devem estar integradas.” -----

----- Decorrida a intervenção feita pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Já tive oportunidade de dizer que a monitorização foi feita para apresentar um quadro dos números para mostrar o que era necessário rever a construção do números de salas necessárias para o futuro e também fazer as necessárias adaptações dessa Carta. -----

----- Quanto aos Projectos que estamos a fazer nos Pólos Educativos, eles têm todas as condições para uma Escola a tempo inteiro, são emanados e nalguns deles inclusivamente vamos acima deles, mas só quando entendermos que faz sentido essa alteração. -----

----- Por exemplo dou-vos o caso do Pólo de Macinhata do Vouga, aquilo a DREC permite e suporta financeiramente no refeitório, obrigava a que houvessem três turnos para almoço para os miúdos; não concordámos. Entendemos que deveriam almoçar no máximo em dois turnos, por isso, aumentámos a capacidade do refeitório. Nos restantes espaços estão devidos documentos estudados pelos técnicos. Portanto, nós damos respostas. -----

----- Em termos de espaços verdes temos essa situação acautelada em todos os projectos que temos a avançar. Temos aqui um problema e não fugimos a ele, que é o problema da Escola de Recardães; é um problema que temos que encarar de frente e que teremos que encontrar

solução para o resolver. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Recardães tem-me abordado e manifestado que gostaria que fosse feita uma Escola nova; eu também acho que era a melhor solução mas só que não obtenho financiamento para ela porque é uma construção recente e aquilo que é preciso em Recardães é de mais uma sala e um bocado de espaço e eu ai pararei na barreira do Ministério; se quiser fazer será as pensas da Autarquia integralmente. Portanto, penso que não temos muitas condições para isso neste momento. -----

----- Quanto à utilização comunitária, é uma preocupação que temos e posso lhe dizer que, por exemplo, na Escola Fernando Caldeira, que os monoblocos climatizados já estão instalados e irão começar as obras nesta Páscoa. Aquilo que nós tivemos o cuidado de fazer foi que as instalações desportivas têm acesso independente da Escola. É isso também que queremos em todas as outras Escolas que iremos fazer se tiverem espaços desportivos. -----

----- Nós não somos um País rico que se possa dar ao luxo de andar por ai a duplicar estruturas e nisto de um País rico, nós temos os custos dos Centro Educativos com algumas situações que achamos um tremendo absurdo, mas que temos de cumprir. Vamos tentar ver se é possível voltar um pouco atrás mas que, por exemplo, que seja exigido na legislação o conforto acústico numa Escola seja igual dentro da sala e nos corredores, eu penso que é um total absurdo, porque na sala eu concordo a cem por cento que tem deve ter todas as condições, mas nos corredores não precisamos de tanto e isto são custos brutais. Por exemplo, em termos de climatização, somos obrigados a colocar nas Escolas; é uma autêntica brutalidade, que aumenta os custos dos Pólos Educativos das Escolas e depois vai ter uma outra consequência, que é ter uma factura brutal, em termos de custos energéticos para o seu funcionamento e isto também tem a ver também com o País que somos. Nós somos, como costume dizer, um “País rico”, porque por exemplo na climatização e no ar forçado das salas, com a mesma legislação europeia, os Austríacos em vez de terem equipamentos que renovam o ar não sei quantas vezes durante uma hora, têm um sistema semi-automático que abre a janela para poder renovar o ar. Nós é que somos os “ricos”. Isto para dizer que nas Escolas nós estamos a avançar e a dar condições para que os Pólos, os Centros Educativos avancem com todas as condições. -----

-----O calendário previa duas fases, mas a minha intenção é antecipá-lo todo, ou seja, ver se até ao final deste ano temos completado, pelo menos, os Projectos de todos os Pólos. Neste

momento, fui informado agora, temos as propostas para abrir de Macinhata e concorreram quarenta empresas para o Pólo de Macinhata. Temos em fase final nos projectos de especialidade, Borralha, Recardães, Barrô, Fermentelos e Aguada de Baixo. Estamos em fase de projecto de arquitectura já bastante avançado, Trofa, Aguada de Cima; estamos a avançar já com o projecto de Valongo. Em Aguada de Cima, já temos os terrenos negociados, estamos a fazer a sua aquisição. Na Trofa teremos de ir para utilidade pública. Os outros que eu referi anteriormente temos os problemas dos terrenos todos resolvidos. Iremos negociar brevemente os terrenos em Valongo porque sabemos aonde é que queremos colocar a Escolas, que é junto à C+S. Temos para resolver Águeda dois e Pateira Nascente, que eu agradeço sugestões para resolver essa situação. -----

----- Para termos mais crianças, nós temos de ter um Concelho atractivo e um Concelho atractivo é ter emprego, é ter boas condições de a fruição; é ter tempos livres, é ter cultura; é ter uma mescla de actividades. É isso que estamos a tentar trabalhar e a fazer; é dentro dessa perspectiva que queremos uma cidade desenvolvida, queremos uma cidade agradável, mas estamos a pugnar também para que as Freguesias possam acompanhar e ter à sua dimensão, fontes de atractividade e que possam também ser pólos de atracção para o Concelho. -----

----- Falta-nos aqui o Projecto Educativo do Concelho. Ainda há duas semanas, sensivelmente, estive reunido com o Professor Doutor Júlio Pedrosa, no sentido de ver se articulamos com a Universidade de Aveiro para ter um Projecto Educativo. Antes disso, já fizemos uma reunião com os Senhores Directores dos Agrupamentos, bem como das Escolas não Agrupadas e eles estão concordantes com esta ideia; acham que é um caminho a seguir. Já conseguimos também outras coisas; é que eles falem e que articulem as suas propostas em termos de DREC, em termos de Ministério da Educação, para termos cada vez menos o mesmo tipo de resposta em duas Escolas e depois muitas outras faltas de resposta aqui na Escola. -----

----- Mas entendemos que é preciso fazer um Projecto Educativo que é fundamental e nós temos dado condições na área da Educação para que o Ensino se desenvolva com qualidade. Queremos dar agora os edifícios e ter um projecto, porque eu acho que no futuro também vão poder competir pela Educação que oferecem àqueles que lá vivem, se tivermos emprego, que é essa outra vertente e até se tivermos boas vias de comunicação que possam permitir que as pessoas vivam cá e os seus filhos tenham uma boa educação, uma educação de qualidade;

estamos convencidos que poderemos ser mais atractivos. Mas aqui o essencial, para mim, são as pessoas que vamos temos a trabalhar na Educação.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Senhor Presidente, obrigada pela explicação. Relativamente ao que nos acaba de dizer penso que em relação a Águeda dois e ao Pólo Pateira Nascente, devíamos definir claramente os nossos objectivos e prazos para o mesmo. Nós sabemos que quando trabalhamos com prazos nós conseguimos lá chegar. Nós ainda não definimos os terrenos; não temos ainda projectos. Seria interessante da sua parte que nós tivéssemos uma visão com objectivo para que todos trabalhássemos nesse sentido, porque trabalharmos sem prazos definidos, dá-nos um espaço enorme para nós podermos ter depois toda a argumentação possível. -----

----- Uma pergunta que eu gostaria de fazer ao Senhor Presidente, não tem bem a ver com a Carta Educativa mas tem a ver com o processo da Educação. Todos nós sabemos que, penso que foi no ano passado, integramos no nosso quadro de pessoal os Auxiliares da Acção Educativa do primeiro e do segundo ciclo. Na altura recordo-me que relativamente a um dos pontos que se colocava houve Câmara que aceitaram e houve Câmara que não aceitaram, que grande parte das Câmara do País não aceitaram. Nós fizemos parte das primeiras Câmaras a aceitarem. Recordo-me que, na altura, uma das questões que se colocava é que havia uma tipificação em termos de números de funcionários por salas, por Escolas e por número de alunos e que eventualmente nós, em termos de Município de Águeda, teríamos que gastar mais algum dinheiro em termos de verbas, para ter mais funcionários, porque nalgumas Escolas o número de funcionários teria que ser maior do que aquele que estaria tipificado e daquelas verbas que nos iriam ser transferidas em termos do Estado neta matéria. Não sei se existe alguma contabilização desta diferença. Era importante nós sabermos qual é o valor que nós estamos a suportar além disto, gostava d éter esses valores, mas não tem que nos dar hoje. -----

----- Outra situação que me parece que poderá estar a acontecer, tem a ver com os custos destes funcionários ao nível da ADSE. Segundo informações que eu tenho, eventualmente a ADSE não cobrirá nenhuma das despesas destes funcionários, estando estas despesas a ser cobertas na sua totalidade pelo Município. Gostava que me dissesse quais são os custos em termos globais que nós tivemos ao nível da ADSE com estes funcionários e qual foi a participação referida nessa matéria.” -----

----- Decorrida a intervenção feita pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Eu pensava que a respeito dos prazos tinha sido claro, porque espero ter os projectos todos feitos até o final do ano. Inclusivamente tive hoje uma reunião com o arquitecto que me diz que está a avançar com aquele primeiro pacote e ficarão estes dois para decidir e penso que avançamos. Quanto às especialidades poderá demorar mais algum tempo. -----

----- Eu acho que temos que correr rapidamente atrás do dinheiro e é um esforço financeiro, que vocês vão ter oportunidade de ver quando viermos aqui com o Plano, brutal em termos de Câmara, mas para mim é muito claro. A aposta tem de ser nas obras participadas, porque senão temos que as fazer todas e pagamos integralmente do erário da Câmara e que nos vai ficar bastante mais caro. -----

----- Agora, felizmente que a comparticipação foi subida; de cem mil euros que tínhamos por sala passámos para cento trinta nos no Pólos até oito salas e cento e vinte e cinco nos Pólos que tenham mais de oito salas. -----

----- Aquilo que nós sabemos é que isto é para dois mil e dez; nós vamos tentar meter esta situação toda. -----

----- Quanto aos funcionários que foram integrados, o número de funcionários que veio do Ministério era superior ao rácio que estava estabelecido em vinte e oito, ou seja, foram transferidos mais vinte e oito funcionários para a Autarquia e daí as necessárias verbas também para o seu pagamento e era superior ao rácio de vinte e oito. -----

----- Agora, houve aqui algumas alterações estratégicas em termos do funcionamento da autarquia e na minha perspectiva, os concursos demoram tempo demais; não podemos andar com prazos tão alongados para fazer os concursos. Mas a nossa aposta era reduzir o número de pessoas que têm intervenção na Escola, ou seja, nós tínhamos, por exemplo, uma pessoa às oito horas para fazer a abertura; depois outra para ir lá fazer o almoço e outra para ir às AEC's – Actividades de Enriquecimento Curricular. Aquilo que nós pretendemos é contratar uma pessoa que assuma estas tarefas que estavam repartidas; são menos recursos humanos, que acho que é mais fácil gerir. -----

----- Agora, há aqui uma situação e isto tem sido dito por todo o lado, é que nós temos cada vez

mais de fazer mais ou menos. Isto não é porque temos não sei quantas pessoas; temos de gerir os recursos humanos que temos e os meios que temos cada vez de forma mais eficaz e procurar soluções que sejam alternativas e que permitam garantir a qualidade necessária, mas não com excesso de meios, porque a solução mais fácil disto é meter dinheiro para cima dos problemas, ou seja, meter mais recursos humanos. -----

----- Não é por falta de dinheiro em Portugal, em geral, que a Educação não tem um bom nível e por isso nós aqui temos que fazer essa situação também; temos de fazer mais com menos. -----

----- Quantos aos custos da ADSE, eu não tenho números, mas em princípio a Câmara é que tem que pagar esses custos. É o que está acordado e penso que tem sido feito pelos Serviços, mas iremos verificar e dar-lhe esses números; embora haja aqui algumas situações em que a ADSE manda-nos as coisas com bastante atraso. A situação é que os custos com a ADSE está no protocolo e são suportados pelo protocolo e não tenho nenhuma notícia em contrário de que essas verbas não tenham sido transferidas.” -----

----- De seguida, usou de novo da palavra o **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – GM do PSD**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Queria apenas fazer um pedido de esclarecimento de algumas situações e uma proposta para questões futuras. Há bocado perguntei-lhe se os Pólos que está a prever vão ter espaço para o trabalho das AEC’s, porque neste momento é uma das questões mais gritantes que se passa em todas as Escolas. -----

----- Estão aqui os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que acompanham isso e podem falar melhor do que eu; como é o caso de Recardães e ainda bem que o Presidente da Junta de Recardães se preocupa com a situação do novo Pólo. Eu assumo esta responsabilidade em nome do PSD, o que fizemos foi feito em função de um tempo e não em função do futuro e nesse sentido, o Pólo de Recardães, já o disse, por razões de uma obra recente, não é possível; mas o que é certo é que agora vamos ter, não é um espaço para Educação, é um espaço para guardar meninos. Eu assumo isto que estou a dizer. -----

----- Em relação aos projectos que o Senhor Presidente falava que vão estar quase em fase de conclusão, gostaria de saber se os Senhores Presidentes de Junta e os meus colegas, Directores de Escolas, têm sido ouvidos e achados para esta situação. -----

----- Fazia-lhe também uma sugestão, se é que é possível; é que estes ante-projectos fossem



colocados na NET, para que nós possamos vê-los, podermos analisá-los e até poder dar algum contributo ou então, criar espaço de diálogo sobre esta situação. Nós estamos a falar de obras para vinte e cinco anos; para uma Escola a tempo inteiro, a Escola que nós aprendemos não é a mesma que nós vamos querer dar aos nossos filhos, netos e gerações vindouras. -----

----- Há pessoas muito preocupadas com esta situação e eu reconheço que o Senhor Presidente tem feito algum caminho nesse sentido e tem vindo a tentar afinar melhor estas estratégias. Se calhar, esta sugestão de tentarmos aqui receber o máximo de informação, até porque isto está a ser feito noutros Concelhos também, no sentido de termos melhores espaços. Espaços onde a criança que hoje entra na Escola às oito horas da manhã e sai às oito horas da noite e a viver no mesmo espaço quatro anos; respiram o ar no sítio onde almoçam e pisam aquele chão ao intervalo e a seguir pisam na hora de almoço. Esta situação tem que ser atendida e carece que seja analisada. Não vale a pena nós pensarmos que estamos a fazer essa situação se não reflectimos sobre ela.” -----

----- Decorrida a intervenção feita pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Relativamente a espaços próprios para as AEC's, eu penso que isso está previsto nas recomendações da DREC. Todos os projectos que nós fazemos, e é bom que isto seja dito, são levados em fase de estudo prévio à DREC para que emitam parecer, dêem as suas sugestões e dêem a sua aprovação. Antes disso, inclusivamente, chamamos os Directores dos Agrupamentos e os Presidentes de Junta, como estão aqui alguns que já foram chamados. Agora, isto não quer dizer que a gente faça a vontade a toda a gente, porque se são oito salas que é para fazer naquela Escola, são oito salas, não são nove ou dez salas, porque os números que tenho são assustadores e a gente de ver como é que trabalha. -----

----- Nós não temos meios, neste momento, para se precisarmos de mais uma sala numa Escola a colocamos lá, num prazo de um mês temos lá uma sala; é outro tipo de sala, obviamente, que tem outro tipo de condições, mas damos resposta a isso. -----

----- Eu acho que nós já passámos a fase de que fazíamos muito betão e não sabíamos para quê. Nós temos as condições que precisamos; é preciso mais, temos um projecto, então vamos arranjar meios para desenvolver aquele projecto. É isto que eu penso a respeito das Escolas e

da forma como se vão desenvolver. -----

----- A respeito da situação que se falar na situação que se vive actualmente, obviamente que eu não gosto dela, mas espero que seja transitória durante pouco tempo. Por isso, é que é uma grande aposta em termos dos Pólos dos Centros Educativos. Eu quero que todas as crianças do Concelho de Águeda sejam tratadas de mesma forma; tenham iguais condições de ensino e de aprendizagem. É este o grande objectivo e lutaremos para que seja possível.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores Deputados Municipais, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: ----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD – PJJ de Barro:** -----

----- “Eu venho aqui no âmbito da Carta Educativa e conseqüentemente a construção do novo Pólo Educativo de Barrô. -----

----- Pedia ao Senhor residente, assim que pudesse, porque já o tinha feito anteriormente, que me fizesse chegar uma cópia do projecto que eu fiz-me representar e depois vim cá analisar, do qual discordo com algumas coisas que aponte. -----

----- Aproveito para deixar aqui uns considerandos. O Senhor Presidente já falou aqui que o projecto de Barro estava na recta final; espero bem que haja tempo para corrigir algumas coisas.

----- Perguntava ao Senhor Presidente se tem alguma data fixa para o arranque da construção. Perguntava se está mesmo a pensar em cortar uma sala à pré-primária deixando-nos só com uma sala. -----

----- Neste âmbito, aproveito para relacionar o assunto e a explicação que me deu, que eu discordo de todo, porque do meu entender denota algum desconhecimento, peço perdão se estou a exagerar. Os dados que tenho, a nível de eleitores, dão a Barro um crescimento, só dois mil e cinco a dois mil e nove, superior a vinte e cinco por cento, eleitores. Normalmente os eleitores têm famílias, têm filhos. Isto penso que muda um bocadinho os números que às vezes são analisados. -----

----- Como conheço bastante bem a minha Freguesia, também questiono alguns dados do nascimento. É certo que há anos que não nascem tantas crianças, mas há outros em que tem sido, felizmente, bastante profícua a reprodução e acho que deve continuar. -----

----- Sei que tem o argumento que tem oferta privada na Freguesia; temos uma grande Instituição em Barro, que é a ABARC, que eu aproveito aqui para saudar pelo trabalho magnífico

que têm feito, não só a nível de crianças, mas a nível de todo o apoio social da Freguesia. -----

----- Senhor Presidente, lembrava que esta Associação está um bocadinho a rebentar pelas costuras, mas que tem a capacidade a entrar no limite e isto também nos desperta para outra consciência, que é a parte económica. Se calhar, cento e vinte euros para algumas pessoas é pouco mas para outras é muito dinheiro. -----

----- Eu tenho um caso, por exemplo, que conheço os pais, que no ano anterior pagavam cento e quinze euros e este ano pagam vinte; o Serviço com certeza que também é diferente mas, pelo menos, têm durante algumas horas a possibilidade de deixar a sua criança numa coisa que eu considero de primordial importância, que é a base. A Pré-primária é a base! Alguns miúdos até quando chegam à Escola já sabem ler e escrever e isso é muito importante. -----

----- Ainda dentro do projecto, que já analisei e discordo, há alguns espaços que no projecto estão completamente mais pequenos dos que temos nas estruturas antigas, nomeadamente os chamados “cobertos” para as actividades ao ar livre, porque tempo de chuva as crianças devem de vir cá fora. O projecto que eu vi, o coberto era mais pequeno; penso que isso seria um investimento relativamente barato; são apenas mais umas chapas e podemos pedir ao Engenheiro Hilário que está ligado a uma empresa desse ramo e que pode fazer um estudo relativamente aos custos das chapas, que penso que será relativamente barato. -----

----- Deixava aqui outra coisa no fim, que vem entroncar numa outra coisa que temos aqui falado em relação a Barrô, que tem a ver com o projecto do futuro, que é importantíssimo, nomeadamente a zona industrial nova e que a velha vai andando a marinar. -----

----- Quanto à Escola é a mesma coisa, enquanto não há uma nova, temos que pôr os olhos na velha, algumas reparações e algumas coisas têm que ser feitas, que já foram pedidas, como a instalação eléctrica e outras coisas. Eu compreendo, Senhor Presidente, mas sabemos que ela têm que ser feitas e acho que devíamos tentar e falar-mos sobre algumas questões, porque sei que este projecto ainda vai demorar algum tempo. Com certeza que não teremos Escola antes de dois mil e onze, dois mil e doze.” -----

----- **Deputado Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD – PJF de Fermentelos:** -----

----- “Fiquei com algumas dúvidas depois de estar convencido que Fermentelos tinha resolvido o seu problema; fiquei com dúvidas ao ouvir que o Pólo Pateira Nascente ninguém sabia nada. Se me permitirem eu sigo o meu raciocínio para ficar esclarecido, porque imagino que as crianças

que estão a frequentar Fermentelos irão passar para o Pólo Pateira Nascente. O conhecimento que tenho é que irão ser construídas duas salas em Fermentelos, na Escolas EB dois, três.” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar alguns esclarecimentos: -----

----- “ Permita-me que esclareço que Pateira Nascente vai abranger Espinhel, Óis da Ribeira e Travassô, abrange estas três Freguesias. Para Fermentelos é um Pólo novo que irá albergar os alunos da Freguesia de Fermentelos. Serão encerradas as duas Escolas que existem no momento e irá funcionar dentro da C+S de Fermentelos e com o Jardim de Infância também, tudo dentro da C+S. Mas não são duas salas, são muito mais que duas salas.” -----

----- **Deputado Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD – PJJ de Fermentelos:** -----

----- “Era precisamente isso que eu queria ser esclarecido, porque se há cinco turmas neste momento do primeiro ciclo a funcionar fora da EB dois, três; se há duas salas da pré-escolar a funcionar fora da E B dois, três; a Escola EB dois, três tem capacidade para absorver essas sete turmas? -----

----- Senhor Presidente, eu peço desculpa por esta ignorância, mas não fui informado de nada e a ideia que eu tinha é que iam ser construídas duas salas no espaço e daí a minha preocupação onde é que iriam caber estas sete turmas que iriam passar para lá. Deduzia que as crianças que neste momento estão a ir para lá, de Paradela, de Espinhel e de outros lados, iriam passar par o Pólo Nascente e se assim fosse, enquanto este Pólo não estivesse a funcionar, não teríamos capacidade. Agora, eu peço desculpa porque não estava informado do volume da construção que lá vai ser feita. Por isso mesmo, também agradecia que, dentro do possível, a Junta de Freguesia fosse informada daquilo que se pretende lá ser feito.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para resposta e prestar alguns esclarecimentos: -----

----- Começando por Fermentelos, vai ser feito um edifício novo para absorver todas as turmas de fora. Neste momento, aquilo que está previsto são duas salas de pré-escolar e seis salas de primeiro ciclo. Obviamente que nós só falamos aqui nas salas que estão previstas, porque depois há todo um conjunto de infra-estruturas que são também construídas dentro do mesmo Pólo. Aquilo que vos posso dizer é que não é construída cozinha nestes pólos. Pode ter refeitório, mas cozinha não tem, porque tem a outra e não faz sentido ter duas cozinhas à distância de

cinquenta metros uma da outra. -----

----- Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barro, os números com que a Câmara trabalha são os mesmos que a DREC trabalha e são os números de nascimentos dados pelo INE. São esses os números com que nós trabalhamos que deixámos de trabalhar com projecções para trabalhar com números reais com aquilo que há neste momento. -----

----- Quanto aos espaços, o coberto que está previsto tem as áreas que são recomendáveis, mas o Senhor Presidente da junta vai-me desculpar mas nós abdicámos de um projecto que ficava mais económico e que vamos convencer a DREC para mudar a Escola para junto do pavilhão, para podermos ter a utilização de uma infra-estrutura desportiva que está ali disponível todas as manhãs, visto que não é ocupado. Então, as crianças, nos espaços maiores, têm um pavilhão para poderem utilizar. É isso que nós queremos; rentabilizar ao máximo as infra-estruturas que nós temos construídas. -----

----- No que se refere às reparações, nós fazemos o mínimo, como deve compreender, para manter a segurança, porque eu aposto que o horizonte de encerramento seja visível e a curto prazo. Quando abrirem as candidaturas para os Pólos, espero candidatarmos todos estes Pólos para construção e espero que já não falte muito e que se mantenham os apoios que agora foram divulgados.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra o **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS**, que concluiu o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Queria fazer uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara, que é a seguinte: Efectivamente o que nós temos é só uma parte da Carta Educativa, a parte das estruturas, que é aquilo que o Senhor Presidente tem aproveitado e bem, de adquirir dinheiro, porque sem dinheiro não se faz essas estruturas e candidatá-las. Ora, esta velocidade de adquirir dinheiro tem prejuízos para um desenvolvimento real do que é um projecto. A culpa pode ser feita da velocidade da Câmara, que a velocidade da sociedade não acompanha a velocidade da Câmara. Não acompanha porque a culpa, neste momento, pode se considerar de alguma falta de metodologia da Câmara, se a tem ou não em ouvir a sociedade civil; mas fundamentalmente os Directores dos Agrupamentos são os grandes culpados dessa situação. Os Directores dos Agrupamentos e das Escolas são pessoas que têm uma visão do Ensino que é a visão da casa deles. Isto é, é preciso é construir e não se interessam minimamente pelas questões

pedagógicas, nem se interessam minimamente com nada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores não tem que ser técnicos da Educação, mas os Senhores Directores têm que o ser. Portanto, a grande culpa não é da Câmara em si mas e dos Senhores Directores que quando são chamados nada dizem, porque querem a sua escola o mais rapidamente possível. Fazem-me lembrar os Senhores Presidentes de Junta que querem é esta primeiro que a outra. Os Senhores Presidente de Junta são iguais ao Senhor Presidente da Câmara, são Executivos, tentam lutar por isso. Ora, os Professores que estão nas Escolas é que são os grandes culpados de não haver iniciativas de melhoria da Carta Educativa, iniciativas de melhoria das condições escolares. -----

----- Ainda agora houve uma reunião que a Câmara desenvolveu. Essa reunião nem sequer foi solicitada, provavelmente, pelos Senhores Directores. Eu falo, por exemplo, da minha Escola, onde foi uma oportunidade de negócio. Eu discordo um bocado com os calendários; o calendário para mim não interessa porque neste momento não há falta de condições para o Ensino em Águeda; ninguém está à chuva. Portanto, o que vai ser construído vai ser muito melhor. -----

----- A Câmara aproveitou a oportunidade da Escola Fernando Caldeira, que já está em obras e foi uma oportunidade. Agora, o que não se justifica e já nem falo nos Directores, é que s órgãos da escola, perante um projecto que lhe é apresentado pela Câmara, não esclareçam os projectistas, não esclareçam os arquitectos das falhas graves que esses projectos têm em relação a uma qualidade de Ensino futura.-----

----- A Escola Fernando Caldeira, por exemplo, é uma Escola que podia ter sido feita há quinze anos atrás. O problema é que o projecto que lá está é igual ao de quinze anos atrás, o que quer dizer que não serve para o futuro, porque a visão da Direcção da Escola que lá está é a visão de que querem é uma Escola nova; nem sequer pensam o que é aquilo em termos de pedagógicos e em termos de utilização de espaços. Eles querem é uma escola nova a qualquer custo e eles vêm a Escola como o número de salas quando o fundamental numa Escola, como o Senhor Presidente falou num ponto importante, a questão dos arejamentos. Realmente as normas são extremamente pesadas. Nós não vivemos um País Nórdico e nós deveríamos ter possibilidade de associar questões de saúde que são gravíssimas porque todas as superfícies em todas Escola são todas com sintéticos; cimentos e sem árvores. -----

----- Eu só quero dizer que, neste momento, cabe-nos a nós, a mim que sou professor na minha

Escola desenvolver essas acções; ao Professor Tondela também noutras áreas, mas eu esperava muita mais contribuição dos Senhores Directores da Escolas e dos órgãos das Escolas. A culpa aqui não é da Câmara, porque a Câmara está aqui pressionada por tempo - dinheiro; tempo - dinheiro - estrutura; tempo – dinheiro – fazer. A Câmara dá uma ideia, convoca e eles dizem todos que sim e o problema é eles dizerem todos que sim. -----

----- Em relação às opções pedagógicas, há aqui outra ideia que o Wilson há bocado falou que é uma ideia totalmente errada que se está a falar aqui, que eu também não gosto quando o Senhor Deputado Tondela fala, que é a situação seguinte: Essa brincadeira da Escola a tempo inteiro vamos pagá-la mais tarde; estamos a fazer alunos totalmente desenraizados das famílias; já pouco falta para o pai o largar às sete e meia da manhã e ir buscá-lo à meia-noite. Há uma desresponsabilização total da sociedade e os órgãos da Escola deviam dizer que não querem mais ninguém às seis horas e que mudem é os horários das fábricas, que lutem para terem melhores horários, melhores tempos de lazer e tempos de qualidade para os seus filhos. Neste momento, estamos a entregá-los às sete hora porque na fábrica trabalham das sete às dezanove horas, mas não pode, tem que trabalhar das sete às dezassete horas. Ultimamente nós estamos a provocar uma sociedade de pessoas sem inserção nenhuma de nada; estamos a ter problemas com crianças com dez anos e antes só tínhamos com crianças dos catorze, porque eles não obedecem aos pais nem a nós. Essa questão da Escola a tempo inteiro também é uma falácia, temos é que lutar ao contrário. Chega de mais tempo na Escola e de guardar miúdos; chega que já é demasiado tempo, mesmo com as AEC's; já é difícil criar novos espaços. -----

----- De certo que a Câmara Municipal não pode fazer mais nada, porque a Câmara quando chama os Senhores Directores diz-lhes para falarem de pedagogia e deixarem de falar em estruturas, mas os Senhores Directores gostam é da construção lá no seu canto.” -----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD – PJF de Barro:** -----

----- “Quando se fala aqui que os Agrupamentos não manifestam as suas opiniões, eu penso que isso não é de todo certo, porque o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escola de Aguada de Cima me contactou no sentido de fazer chegar alguns considerandos em relação ao novo Pólo de Barro. Senhor Presidente, o coberto que eu estou a falar não tem nada a ver com o pavilhão. O pavilhão é para uso nas actividades e o coberto é para s miúdos não apanharem sol e chuva quando estão fora das aulas. -----

----- Perguntei também e não me esclareceu se vai cortar ou não a sala da pré-primária e não é só a Junta de Freguesia que discorda deste corte; há muita mais gente envolvida nisto. Mas, se efectivamente, o fizer, como é que vai resolver o problema da parte económica e dizer quem são os alunos que têm direito e quais é que têm que ir para o privado? -----

----- Decorrida a intervenção feita pelo Senhor Deputado da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder às questões e prestar os devidos esclarecimentos: -----

----- “Neste momento a oferta que existe em Barrô, pública e privada, é suficiente e aquilo que é necessário no futuro Pólo é apenas mais uma sala. Nós temos de ter em atenção que a oferta privada foi a principal oferta durante muito tempo e agora que o público tem capacidade para responder, na minha perspectiva, não pode dizer que: “agora já não precisamos de vocês, vão-se embora; tirem esses todos para o desemprego porque deixaram de ser necessários”. -----

----- Para mim há Ensino bom no privado e há ensino bom no público; há Ensino mau no público e há Ensino mau no privado. Isto depende das pessoas e de como é que se desenvolvem os projectos e, mais uma vez, até não é tanto as instalações, são as pessoas que lideram os projectos. Nós já notámos que o estrangulamento que existe que é uma grande apetência pelo público porque tem custos mais baixos. O que é que nós vamos fazer? Nós vamos equalizar as ofertas e podemos subsidiar, de igual modo, quem anda no privado e quem anda no público, se tem necessidades económicas para isto e está resolvido o problema. Pensamos que é por aqui. Lamento, mas eu não vou criar mais respostas no público para acabar com as repostas do privado; acho que isto não está correcto. -----

----- Sobre o Pólo de Barrô, foram apresentadas duas sugestões pelo Agrupamento; uma para ter mais uma sala pré-escolar, que não atendemos, porque não havendo crianças eu acho que não faz sentido termos estruturas. Não atendemos esta; atendemos sim porque achámos que seria uma sugestão que fazia sentido, algum espaço mais na sala polivalente. Portanto, também aqui foi contemplado. Eu tenho visto algumas situações de crianças de cinco anos que mandam verdadeiramente nos pais e isto é que está mal, porque as pessoas queixam-se do Ensino mas o problema começa um bocado em casa. Estas coisas das teorias psicológicas, que é da minha área, em que “coitadinha da criança que não se pode traumatizar”, é uma balela de todo o tamanho; se não é traumatizada agora, é traumatizada mais tarde. Há o princípio da realidade e



há momentos para dizer “Não” e momentos para dizer “Sim” e isto tem de ser assumido pelos pais e obviamente que, depois, também pela Escola. Talvez fosse bom que a Escola até se organizasse de outra forma; porque infelizmente os pais têm muito tempo ocupado nas suas profissões. -----

----- Por isso, aquilo que eu entendo em termos da Educação, é que há aqui um grande trabalho para se fazer e a experiência que temos nas AEC's, da participação das IPSS's e das Instituições é válido, mas acho que compete a todos nós aprofundar isto, porque a Educação agora, cada vez mais, é ao longo da vida. A Escola Primária começa no início da vida e tem de dar uma sólida base de formação, mas para isso os miúdos precisam de saber ouvir um “Não” muitas vezes.” -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Águeda**, deu, de imediato por encerrada a Primeira Sessão Ordinária da assembleia Municipal, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: